

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CAMPO MAIOR (PI), DEZEMBRO DE 2017

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO	3
1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. CONTEXTO INSERÇÃO DA UESPI.....	6
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	8
CAPÍTULO II - DO CURSO.....	10
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	10
2. JUSTIFICATIVA PARA O CURSO.....	11
3. OBJETIVOS DO CURSO.....	15
4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	17
5. ESTRUTURA CURRICULAR.....	19
6. CONTEÚDOS CURRICULARES.....	19
7. METODOLOGIA.....	91
8. INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	96
9. POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE.....	100
10. CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO.....	104
11. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO.....	107
12. ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO.....	109
13. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	112
14. REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL.....	117
15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	117
16. AVALIAÇÃO.....	118
ANEXOS.....	124

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI – é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público. Fundada através da Lei 3.967 de 16/11/84 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Decreto Nº 9.844 de 08/01/1998, possui Campus Sede na cidade de Teresina (Piauí), na Rua João Cabral, nº 2110, Bairro Pirajá.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural das regiões onde seus 11 Campi, seus 8 Núcleos e 36 Polos de EAD funcionam, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Oferece 108 (cento e oito) cursos de Graduação, 02 (dois) cursos de Pós-Graduação Stricto sensu e 14 (catorze) cursos de Pós-Graduação Lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI pauta-se nos princípios básicos que se constituem nas referências para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A UESPI está articulada com a comunidade para detectar a necessidade de consolidação e ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para o Estado do Piauí. Nessa perspectiva, a UESPI estabelece parcerias com outras Instituições, governamentais e não

governamentais, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber.

A missão da UESPI é “fomentar o ensino, pesquisa e extensão, à partir da formação de profissionais aptos a desenvolverem o setor produtivo, contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico, humanitário e cultural do Piauí e região”.

Para tornar sua missão factível, a UESPI investe na contínua capacitação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população do Piauí.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI procura avaliar o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. É nesse contexto que a cidade de Campo Maior, no Território dos Carnaubais, passa a sediar o *Campus* Heróis do Jenipapo. Formando profissionais capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população piauiense e, em específico, ao Território dos Carnaubais, onde localiza-se o *Campus* Heróis do Jenipapo.

Nessa perspectiva, entende-se que o Curso de História da UESPI Campus Heróis do Jenipapo tem na sua trajetória recente a possibilidade de consolidar-se como referência pedagógica, política e cultural na região, haja vista a riqueza histórico-cultural do território dos carnaubais, especialmente de Campo Maior, contribuindo assim, para a construção de um conhecimento historicizado da região e dos sujeitos que a integram.

Segundo o Estatuto da UESPI (2005), a universidade tem como princípios fundamentais a autonomia, a hierarquia de valores, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando seu compromisso social, a gestão democrática e colegiada, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e o compromisso com o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura. Estes princípios se constituem nas

referências para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para atender às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, a UESPI definiu como seus objetivos:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e

- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

Em seu processo de crescimento e expansão no Estado do Piauí, a UESPI se posicionou geograficamente em todas as regiões do território piauiense, contribuindo efetivamente para a interiorização do ensino superior a partir de sua imensa capilaridade. É, portanto, compromisso da Instituição atender à comunidade com ensino, pesquisa e extensão de qualidade, priorizando os objetivos aqui estabelecidos.

2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI

O Piauí integra a região nordeste do Brasil e possui 223 municípios, além da capital Teresina. O Censo Demográfico de 2010 contabilizou 3.118.360 habitantes, dos quais 1.106.370 (aproximadamente 1/3 da população) frequentavam creche ou escola no momento do censo. Destes, 95.244 pessoas (7% da população residente) frequentavam o ensino superior. A procura da população por formação de nível superior não é restrita à graduação, como demonstra o número de estudantes de pós-graduação *lato sensu* (9.552 pessoas) e *stricto sensu* (1.647 pessoas).

O Estado do Piauí está organizado em quatro macrorregiões (Litoral, Meio Norte, Semi-Árido e Cerrados), as quais congregam 11 Territórios de Desenvolvimento, nos quais estão agrupados 26 Aglomerados de Municípios. A UESPI, sediada no *Campus* Poeta Torquato Neto, localizado em Teresina (Meio Norte), possui dentre suas unidades o *Campus* Heróis do Jenipapo, localizado na cidade de Campo Maior, na região no Território dos Carnaubais, na macrorregião Meio Norte. Campo Maior integra o quarto aglomerado de municípios, juntamente com Boa Hora, Cabeceiras do Piauí, Boqueirão do Piauí, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Jatobá do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré e Sigefredo Pacheco.

Campo Maior é uma das mais antigas cidades do Estado, situada a 78km da Capital, reconhecida por seu protagonismo na Batalha do Jenipapo, uma das lutas pela independência do Brasil em território piauiense. O Censo de 2010 contabilizou 45.177 habitantes, o que faz dela uma das cidades mais populosas do Estado. Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade foi avaliado em 0,656, devendo-se considerar que houve um crescimento significativo em relação ao ano 2000, onde o IDH municipal foi 0,500. A renda per capita em 2011 foi estimada pelo IBGE em R\$ 6.929,28.

Por ser o maior município do território, conta com uma rede de serviços de saúde, educação e comércio, a qual atende, ao menos parcial e esporadicamente, as populações circunvizinhas. Segundo o IBGE, há 31 estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde, incluindo um hospital regional. Quanto ao setor de serviços, em 2012, segundo o IBGE, a cidade possuía 671 empresas atuantes, as quais empregavam 4.374, sendo 82% na condição de assalariados.

No setor educacional, a cidade conta com rede de ensino pública e privada em todos os níveis de ensino. O Censo Educacional 2012 (MEC, 2012) contabilizou 55 escolas de ensino fundamental e 11 escolas de ensino médio nas redes públicas municipal e estadual e na rede privada, somando 8.836 matrículas. Em relação ao ensino superior, a cidade sedia o referido *campus* da Universidade Estadual do Piauí e outro do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Ainda, há parcerias entre a rede privada de ensino e fundações educacionais para a oferta de cursos de especialização. Salienta-se que o município não abarca toda a demanda por formação superior da cidade, já que um número razoável dos universitários locais se dirige a Piripiri e Teresina em busca de graduações não ofertadas no município, especialmente na área de saúde e Direito. Por outro lado, a cidade também agrega estudantes vindos dos municípios circunvizinhos, demonstrando seu potencial para se tornar um polo regional de ensino superior.

Neste contexto, a UESPI contribui para criar oportunidade de estudo e qualificação para a parcela da população que constitui um público potencialmente demandador de ensino superior no município e no Território.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A UESPI é sediada no *Campus* Poeta Torquato Neto na cidade de Teresina. Desde 1993, a UESPI organiza-se na forma *multicampi*, possuindo atualmente 16 *campi* e 25 núcleos universitários. A cidade de Campo Maior, no Território dos Carnaubais, abriga um *campus* da UESPI desde 1993, sediado na área de um antigo quartel do exército, situado à Avenida Santo Antônio, s/n, no Bairro São Luiz, às margens da BR-343. Em 2003, a Lei Estadual nº 5.358/03 reconheceu o nome *Campus Heróis do Jenipapo*, em homenagem aos piauienses que lutaram pela independência do Brasil, em 1823, na batalha às margens do Riacho do Jenipapo, nesta cidade. Cabe destacar que o *Campus* recebe, principalmente, alunos oriundos dos municípios do aglomerado do qual Campo Maior faz parte.

Atualmente, o *Campus* oferta, no período regular, os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em História, Licenciatura Plena em Biologia e Licenciatura Plena em Geografia, nos três turnos.

Cursos Reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação*					
Curso	Alunos matriculados	Professores		Blocos em funcionamento	Ato de reconhecimento/funcionamento
		efetivos	temporários		
Biologia	123	6	6	6	Decreto Estadual 15.652/2014
Geografia	60	3	3	3	Decreto Estadual 15.530/2014
História	106	7	2	4	Decreto Estadual 15.530/2014
Cursos Autorizados pelo Conselho Estadual de Educação*					
Pedagogia	113	6	7	5	Resolução 09/2012

* Referente ao período letivo 2014.2

O *Campus* também oferece ensino à distância através do Núcleo de Educação à Distância (NEAD)/Universidade Aberta do Brasil (UAB) e integra o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Ensino à distância*	
Cursos	Alunos matriculados
Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	30
Licenciatura Plena em Pedagogia	37
Bacharelado em Administração Pública	38
PARFOR**	
Licenciatura Plena em Pedagogia	23
Licenciatura Plena em Educação Física	18
Licenciatura Plena em Matemática	19

* Referente ao período letivo 2014.2

** Referente ao período letivo 2014.1

Através da Universidade Aberta do Brasil/UESPI são ofertados quatro cursos de especialização, somando 226 alunos matriculados: Biodiversidade e Conservação, Ensino de Filosofia no Ensino Médio, Língua Espanhola e Gestão Pública Municipal.

O *Campus* também oferta pesquisa e extensão, em consonância com os princípios da UESPI. Atualmente, possui, além do Laboratório de Ensino de Biologia, outros quatro laboratórios de pesquisa e extensão e quatro grupos de pesquisa. Atualmente, há doze bolsistas de iniciação científica, sendo sete PIBIC-voluntário e cinco PIBIC-UESPI, os quais atuam em sete projetos de pesquisa.

Laboratório/Grupo de pesquisa	Curso
Laboratório de Pesquisa e Extensão em História	História
Grupo de pesquisa História, Cultura e poder	História
Laboratório de Botânica	Biologia
Laboratório de Ictiologia	Biologia
Laboratório de Diversidade Animal e Vegetal	Biologia
Grupo de pesquisa Ecologia de peixes e dinâmica de populações	Biologia
Grupo de pesquisa Estudos em Bioecologia, evolução e genética	Biologia
Grupo de pesquisa Florística, taxonomia e ecologia de briófitas	Biologia

No que diz respeito à extensão, o *campus* sedia vários eventos nas áreas contempladas por suas licenciaturas, como cursos de curta duração, seminários e atividades culturais. Cabe destacar que esta unidade integra o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de cinco subprojetos: PIBID História, PIBID Biologia, PIBID Geografia, PIBID Pedagogia e PIBID Interdisciplinar Travessias Atlânticas. No total, são ofertadas 100 bolsas de iniciação à docência aos estudantes das quatro licenciaturas do período regular, os quais atuam em escolas de rede pública estadual e municipal de Campo Maior.

A unidade, através das ações da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX) e do Núcleo de Programas Educacionais, integra os programas de estímulo à permanência do estudante na universidade. Atualmente, 19 alunos recebem auxílio alimentação, 10 discentes recebem auxílio moradia e sete estudantes são bolsistas trabalho. A universidade também oferece 12 bolsas de monitoria remunerada, distribuídas entre os quatro cursos, além de um número variável de vagas voluntárias.

Quanto aos recursos humanos, o *campus* Heróis do Jenipapo possui 22 professores efetivos, sendo quatro doutores e os demais mestres; sete servidores técnico-administrativos concursados e outros cinco funcionários contratados ou comissionados.

CAPÍTULO II – DO CURSO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 DENOMINAÇÃO: Licenciatura Plena em História

1.2 ÁREA: Área de Ciências Humanas

1.3 SITUAÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL: O curso está autorizado/reconhecido pelo Decreto Estadual 15.529/2014.

1.4 REGIME ACADÊMICO:

1.4.1 REGIME DE OFERTA E MATRÍCULA:

- Regime seriado semestral

1.4.2 TOTAL DE VAGAS:

- 40 vagas anuais

1.4.3 CARGA HORÁRIA TOTAL PARA INTEGRALIZAÇÃO:

- 3.295 horas

1.4.4 TEMPO PARA INTEGRALIZAÇÃO:

- MÍNIMO: 8 semestres
- MÁXIMO: 16 semestres

1.4.5 TURNOS DE OFERECIMENTO:

- Diurno, Vespertino e Noturno

1.4.6 QUANTIDADE DE ALUNOS POR TURMA

- 40 alunos por turma para aulas/atividades teóricas

1.4.7 REQUISITOS DE ACESSO

- Conclusão do ensino Médio
- Aprovação em Processo seletivo realizado pela UESPI, em conformidade com a legislação em vigor e com os editais da IES. Pode, ainda, ocorrer ingressos como portador de diploma de nível superior ou através de transferência facultativa de outra IES, de acordo com o regimento geral da UESPI.

2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO

2.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

A proposta principal de implantação do Curso de Licenciatura Plena em História foi tentar reduzir os problemas ocasionados pelo pequeno número de professores com formação na área, especialmente no interior do Estado, especialmente no chamado território dos carnaubais. No fim da década de 2000, a UESPI implantou o Curso de Licenciatura Plena em História em 23 pólos, dentre os quais destacamos nesse documento o curso de Campo Maior,

no Campus Heróis do Jenipapo, autorizado em 09 de setembro de 2005 (Resolução CONSUN nº 017/2007).

O presente curso entrou em funcionamento no segundo semestre de 2006, no Campus Heróis do Jenipapo, localizado na - Av. Santo Antônio, S/N - Bairro São Luís, na cidade de Campo Maior, apresentando uma estrutura curricular dividida em oito módulos, com um tempo de funcionamento mínimo de quatro anos. Em 2012, nosso curso foi reconhecido pelo Decreto Estadual n.º 14849 de 5 de junho de 2012, o que demonstra a sua consolidação.

O curso conta atualmente com sete professores efetivos selecionados pela UESPI através de edital de concurso público realizado em 2012. No contexto atual, o Curso funciona com um corpo docente permanente constituído por sete professores: três em regime DE-40h e quatro TI-40h. A recente ampliação do seu quadro de docentes possibilitou a consolidação das atividades realizadas pelo Núcleo Estruturante do Curso, aperfeiçoamento das atividades de ensino e realização de projetos de extensão e de pesquisa executados pelos próprios docentes.

Em termos de qualificação a equipe docente efetiva do Curso possui pós-graduação em nível de mestrado e é bastante diversificada, tanto no que diz respeito à área de conhecimento, já que possui profissionais pós-graduados nas áreas de História e Culturas, História do Brasil e Políticas Públicas, como no que se relaciona com a orientação teórica. Isso tem provocado um debate muito intenso entre os docentes e oportunizado ao corpo discente viver e presenciar uma experiência de crescimento teórico amplo e relevante no curso durante o processo de ensino-aprendizagem.

O curso de Licenciatura Plena em História dispõe de uma coordenação compartilhada com os demais cursos existentes no *campus*, a qual possui um computador para os serviços internos burocráticos e uma impressora; quatro data-shows também compartilhados; uma televisão 29 polegadas e um DVD. O curso ocupa duas salas de aula, com capacidade média para 40 alunos, durante os períodos manhã, tarde e noite, de segunda-feira à sexta-feira e, aos sábados, nos turnos manhã e tarde. Também possui uma sala de pesquisa para desenvolvimento de atividades dos grupos de

pesquisa do curso e ainda uma sala de professores usada para as atividades do corpo docente. O *campus* Heróis do Jenipapo possui uma biblioteca de atendimento ao público geral, quadra poliesportiva e um auditório com capacidade para 150 pessoas e, ainda, áreas sanitárias de atendimento masculino e feminino.

Deste modo, a coletividade do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí, partindo de preocupações que tem permeado as discussões centrais em torno da natureza e dos objetivos do Curso de História, como por exemplo, o de permitir aos seus discentes o entendimento de que a História é uma ciência social que tem por objeto de estudo a relação homem-tempo-espaço, sendo essencial para a compreensão do mundo contemporâneo, traz, a público, a proposta político pedagógica do Curso.

O instrumento de orientação teórico-metodológica busca enfocar a ciência História em uma prática pedagógica que favoreça o enriquecimento do saber, utilizando-se de técnicas e recursos facilitadores da capacitação do futuro profissional como educador/pesquisador com potencial para adquirir, reelaborar e produzir conhecimentos fundamentais à formação de sujeitos críticos e reflexivos.

A proposta atual do Curso procurou contemplar a base legal nacional atual assim como, a base definida como essencial ao ensino superior, a saber: ensino, pesquisa e extensão, pois conta com áreas de conhecimento voltadas especialmente para esses aspectos. As competências e habilidades objetivadas no decorrer do curso estão planejadas para serem alcançadas de forma gradual e contínua, levando em conta o atendimento das demandas sociais do mundo contemporâneo, a nossa realidade regional, bem como a realidade institucional.

O currículo ambiciona trabalhar com as dimensões de ensino e pesquisa, teoria e prática, prevendo uma articulação entre os diferentes aspectos na formação do Licenciado em História. A política de formação deste considera o domínio do processo de produção dos conteúdos bem como o processo de transposição didática deles como requisitos básicos para formar

licenciados competentes, não perdendo de vista as necessidades da sociedade onde se insere o curso e o desenvolvimento recente da ciência histórica.

A proposta do projeto ajusta-se a um compromisso assumido pela comunidade do Curso com relação aos objetivos nele definido: a qualificação do corpo docente no que toca às metas estabelecidas; ao perfil do corpo discente do Curso de História dessa Instituição, caracterizado por um espírito de superação das dificuldades e pelo desejo da conquista que tem marcado a história desse Curso ao longo de sua existência.

Esta proposta procura estar sintonizada com o estágio atual do desenvolvimento da ciência histórica e, ao mesmo tempo, ao incorporar as disciplinas específicas, busca-se a flexibilidade suficiente para acompanhar o desenvolvimento dessa ciência, o que determina o perfil do profissional que o curso pretende formar e a demanda social a ser atendida.

O Curso de Licenciatura em História possui como clientela em potencial, egressos do ensino médio da rede de ensino público e privado regional. Pretendemos no decorrer da formação do discente discutir as transformações que atualmente estão ocorrendo no campo do conhecimento histórico e do ensino-aprendizagem, através de uma ampla revisão de literatura. Para tal, partimos de uma noção construtivista, na qual, o graduando seja um sujeito capaz de questionar a realidade que o cerca. Defendemos, então, uma educação que desperte essa capacidade nos alunos. Consideramos que a proposta para repensarmos a nossa prática docente é a pesquisa, a reelaboração do conhecimento por alunos e professores de forma cotidiana.

A educação contemporânea nos permite afirmar que o espaço da sala de aula no qual o futuro profissional vai atuar não cabe mais uma noção antiga de transmissão de conhecimentos posto que, os alunos devem ser estimulados continuamente a compreender, desenvolver habilidades e ampliar suas competências. Nesse caso, o licenciado em História estará pronto a atuar em um contexto educacional no qual se privilegia o aprender a aprender, criando possibilidades de saber, conhecer, fazer, viver junto e ser mais humano. Uma relação de ensino-aprendizagem em que todos construam e

pensem a sala de aula e os demais ambientes de investigação como o *locus* privilegiado para se perceber tensões, mas acima de tudo, um espaço onde se possa debater e construir respostas às questões do mundo contemporâneo.

Desta forma, o curso de Licenciatura Plena em História possui como preocupação primordial a formação do profissional de História consciente e capaz do exercício da profissão atento para o fato de que o saber histórico é resultado de um trabalho produzido em tempo e espaços delimitados.

Por fim, ressaltamos ainda que parte significativa desses alunos formados já se encontram atuando no mercado de trabalho com contrato temporário nas redes municipal e estadual de educação da região ou já foram aprovados em concursos públicos, demonstrando qualitativamente a viabilidade e o sucesso do curso no território dos carnaubais.

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 OBJETIVO GERAL

- Formar professores conscientes do seu papel de educadores-pesquisadores e de sujeitos críticos-reflexivos, habilitando-os para o exercício do ensino e da pesquisa na Educação Básica, bem como da pesquisa acadêmica na área de História.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Valorizar a pluralidade cultural, respeitando-a em suas características individuais e sociais;
- Contribuir para a participação social e política responsável, assim como para o exercício de direitos e deveres, adotando, cotidianamente, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais;
- Proporcionar ao aluno o conhecimento das características fundamentais do Brasil e do mundo, nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio de construir uma visão holística da realidade, permeada pela noção da alteridade;

- Produzir conhecimentos a partir do contexto comunitário e da integração social;
- Propiciar ao aluno o aprendizado em história, recorrendo à utilização de recursos tecnológicos;
- Viabilizar suportes científicos para desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A formação do licenciado em História na UESPI está alinhada ao disposto nas DCN para o curso e à legislação para a educação superior. O curso objetiva dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- **Gerais:**
 - Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
 - Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
 - Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
 - Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
 - Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
 - Competência na utilização da informática.
- **Específicas para licenciatura:**
 - Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;

- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Em atenção às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura Plena em História, o curso da UESPI formará um profissional da área de Educação, generalista com visão multiprofissional e percepção crítica reflexiva e da realidade social, econômica, cultural e política, capaz de desenvolver atividades técnico-científicas em todos os níveis de atenção a Educação com base no rigor técnico e científico.

4.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

No tocante às competências e habilidades específicas do professor-historiador, é necessário que o mesmo, além daquelas competências inerentes a qualquer educador, seja capaz de:

- ◆ Possuir conhecimentos acerca das concepções metodológicas que orientam o trabalho de investigação e a análise das relações socio-históricas;
- ◆ Distinguir diferentes relações de tempo e espaço;
- ◆ Possuir os conhecimentos inerentes às diferentes épocas e civilizações, bem como suas inter-relações;
- ◆ Adquirir conteúdos básicos sobre a pesquisa, a produção e a difusão de saberes historiográficos no âmbito acadêmico, das instituições de ensino, museus, arquivos e projetos de preservação da memória e do patrimônio cultural;
- ◆ Apresentar conteúdos que integram o currículo do Ensino Básico
- ◆ Produzir, criticar e transmitir conhecimentos;
- ◆ Distinguir a História (enquanto disciplina) da história vivida;
- ◆ Perceber a historicidade em todas as manifestações sociais e culturais;

♦ Reconhecer e valorizar as diferenças presentes nas práticas sociais.

Compete, ainda, ao profissional de História, trabalhar os fatos humanos, centrado nas explicações dos mecanismos que promovem a exploração e dominação dos homens, que se traduzam nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais, nas tradições, nos sistemas de valores, nas ideias e formas institucionais, como também, saber relacionar cultura e história, destacando a complexidade de tais conceitos.

Além disso, deve o profissional de História ter capacidade de compreender o meio em que vive para construir e produzir conhecimento histórico, dominando-o nas áreas específicas de conservação e gerenciamento dos bens culturais. Deve ser um profissional atualizado, portador dos valores profissionais, dos valores sociais e éticos, apto a disseminar conhecimentos por meio da produção e divulgação de trabalhos científicos.

4.2 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

As áreas de atuação do profissional de História são amplas: no magistério, na pesquisa, nos arquivos públicos e privados, na preservação da memória e da cultura dos povos, nos museus, sítios arqueológicos e no turismo cultural e ecoturismo.

O professor/pesquisador de História, como profissional de nível superior, é o indivíduo capaz de realizar, de forma crítica, a articulação entre teoria e prática; de assessorar programas culturais e de preservação do patrimônio histórico, bem como de compreender a História enquanto processo permanente de construção e reconstrução dos fatos.

O curso de Licenciatura Plena em História, objetiva ainda, a qualificação/formação de educadores para ministrar disciplinas na respectiva área, nas modalidades de ensino médio e fundamental, previstas pela atual legislação educacional brasileira. No que concerne à formação do docente, o perfil do profissional da área de História, aponta para competências e habilidades especificidade que devem fundamentá-la.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura Plena em História da UESPI reflete a preocupação da IES com a formação de um egresso com as características definidas em seu PPC. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

- a) Flexibilidade:** a estrutura curricular do curso de Licenciatura Plena em História da UESPI é bastante flexível. Essa flexibilidade é materializada pelo Estágio Supervisionado, Monitoria e atividades de Extensão – todas normatizadas em um regulamento próprio -, totalmente incorporadas à vida acadêmica.
- b) Interdisciplinaridade:** as ações de interdisciplinaridade, no âmbito do curso, ocorrem através dos Programas de Extensão, Estágio e Práticas Pedagógicas ofertados no curso, disciplinas integradoras, oportunidades nas quais, os professores supervisores estimulam as discussões em grupo interdisciplinares.
- c) Compatibilidade de carga horária:** a carga horária do curso de Licenciatura Plena em História da UESPI é perfeitamente compatível com os dispositivos legais. Atualmente o curso possui 3065 horas, integralizadas em oito semestres de 16 semanas letivas.
- d) Articulação da teoria com a prática:** a articulação entre teoria e prática se dá de forma precoce e constante. As diversas disciplinas contemplam em seus planos de curso, cronogramas de atividades práticas desenvolvidas em sincronia com as aulas teóricas.

6. CONTEUDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares essenciais do Curso de Graduação em História da UESPI estão perfeitamente alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais(DCN) e cumprem todos os requisitos legais para o curso. Esses conteúdos estão relacionados com todo o processo educacional do cidadão, da

família e da comunidade, integrando a realidade humanística, ambiental, ética e profissional, proporcionando a integralidade das ações do ensino e da pesquisa.

Além disso, os conteúdos curriculares do curso de História da UESPI possibilitam o desenvolvimento do perfil do egresso, levando-se em consideração a atualização dos conteúdos curriculares proposta NDE, adequação das cargas horárias e a bibliografia, nos formatos físicos e virtual.

Levando em consideração o perfil profissional desejado para o egresso do curso de Graduação em História e a abordagem dos ensinamentos científicos e humanísticos, o curso de fundamenta em quatro áreas de conhecimento e quatro eixos principais durante seus oito semestres letivos:

ÁREA DO CONHECIMENTO I

HISTÓRIA E CONTEÚDO

EIXO TEMÁTICO I

HISTÓRIA ANTIGA
HISTÓRIA MEDIEVAL
HISTÓRIA MODERNA
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II
HISTÓRIA DAS AMÉRICAS
HISTÓRIA DA ÁSIA E DA ÁFRICA

EIXO TEMÁTICO II

HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL
HISTÓRIA DO BRASIL MONÁRQUICO
HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO
HISTÓRIA DO PIAUÍ

ÁREA DO CONHECIMENTO II

HISTÓRIA E TEORIAS

EIXO TEMÁTICO I

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS
TEORIA DA HISTÓRIA I
TEORIA DA HISTÓRIA II
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA
HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE

EIXO TEMÁTICO II

INTRODUÇÃO A ARQUEOLOGIA
HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA
HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS E SOCIAIS

ÁREA DO CONHECIMENTO III

HISTÓRIA E PESQUISA

EIXO TEMÁTICO I

METODOLOGIA CIENTÍFICA
INICIAÇÃO A PESQUISA HISTÓRICA
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA
MONOGRAFIA I
MONOGRAFIA II

ÁREA DO CONHECIMENTO IV

HISTÓRIA E OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

EIXO TEMÁTICO I

FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
DIDÁTICA
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

EIXO TEMÁTICO II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

EIXO TEMÁTICO III

PRÁTICA PEDAGÓGICA I
PRÁTICA PEDAGÓGICA II
PRÁTICA PEDAGÓGICA III
PRÁTICA PEDAGÓGICA VI
PRÁTICA PEDAGÓGICA V
PRÁTICA PEDAGÓGICA VI
PRÁTICA PEDAGÓGICA VII
PRÁTICA PEDAGÓGICA VIII

A distribuição das disciplinas por Área do Conhecimento visa facilitar a compreensão do novo fluxograma, assim como permitir que discentes e docentes situem melhor sua atuação acadêmica.

Dessa forma na Área do Conhecimento I (História e Conteúdo) temos as disciplinas História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea I, História Contemporânea II, História das Américas, História da Ásia e da África, na Área de Interesse I, que de maneira interdisciplinar, trabalham a formação histórica das sociedades humanas em geral, compondo o Eixo Temático I.

Ainda nesta perspectiva, a Eixo Temático II busca abordar as especificidades de uma história social brasileira com as disciplinas de História do Brasil Colonial, História do Brasil Monárquico, História do Brasil Republicano e História do Piauí.

A Área do Conhecimento II (História e Teorias) contém no Eixo Temático I a Epistemologia da história, tendo como base as disciplinas de

Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História I, Teoria da História II, Historiografia Brasileira, Historiografia Piauiense que darão o suporte conceitual e temático às teorias que subsidiam o curso.

Já no Eixo Temático II da mesma Área temos as disciplinas Introdução a Arqueologia, Cultura Brasileira, História das Ideias Políticas e sociais, que agregam as reflexões teóricas do campo da história e sua articulação com a arqueologia, cultura e trajetória das ideias políticas, visando minimizar as fronteiras em seus estudos.

A Área do Conhecimento III refere-se ao que classificamos como História e Pesquisa. Nele está inserida a Monografia de Final de Curso (MFC), que é disciplinada conforme a resolução da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (014/2011), sendo diluída em três fases, e ainda, condicionada ao sistema de pré-requisito¹.

A primeira fase será desenvolvida durante as disciplinas Iniciação a pesquisa Histórica e Métodos e Técnicas de Pesquisa em História(MTPH), na qual o aluno elabora o projeto de pesquisa apresentando sua linha de pesquisa e objeto de estudo, e ainda, um cronograma de atividades.

A segunda fase dar-se-á na disciplina Monografia I na qual o aluno deverá viabilizar o seu projeto de pesquisa através da aplicabilidade das propostas metodológicas e do aprofundamento das leituras e relações teóricas com seu objeto de estudo. A partir desta disciplina os alunos serão acompanhados por orientadores de pesquisa que deverão ser professores da Universidade Estadual do Piauí que possuam titulação mínima de especialista. Cada professor, obrigatoriamente, independente das disciplinas ministradas, ficará como o mínimo 4(quatro) orientandos que corresponderá a uma carga horária de 60 horas semestrais e no máximo 6 (seis) orientandos que corresponderá a uma carga horária de 90 horas semestrais.

Para aprovação da segunda fase, o aluno deverá apresentar um relatório de pesquisa com a estrutura lógica da monografia, descrevendo o que será trabalhado em cada capítulo e o primeiro totalmente pronto, junto com o parecer do orientador.

¹ Em conformidade com o Parágrafo Único da Resolução 021/03.

A terceira fase se dar-se-á na disciplina Monografia II onde o orientando deverá ao final apresentar uma versão completa da sua monografia, sendo que o acompanhamento continua a ser da mesma forma da fase anterior, com o aluno apresentando a montagem e desenvolvimento dos capítulos da monografia conforme estabelecido e combinado como o orientador, que avaliará. Nesta fase acontecerá a apresentação do texto final através de apreciação de uma banca examinadora, que deverá ser constituída de três docentes, onde o presidente será obrigatoriamente o orientador e os dois outros orientadores compostos do corpo docente de Universidade Estadual do Piauí ou professores convidados pelo orientador.

Por fim, o aluno deverá apresentar três cópias à banca examinadora com no mínimo quinze dias antes da apresentação que deverá acontecer respeitando o calendário acadêmico vigente desta IES. Por conseguinte, o aluno deverá apresentar com no máximo 30 dias o trabalho final corrigido, com duas cópias impressas e encadernadas capa dura, além de uma versão em CD-ROM para arquivo virtual do curso que deverá possuir o aval do orientador através do documento anexo.

A Área do Conhecimento IV, História e os Fundamentos Pedagógicos, engloba as disciplinas pedagógicas da base comum, exigidas pela Legislação Educacional Brasileira (LDB, N. 9.394/96) e seus entrelaços com a história, buscando possibilitar aos discentes uma fundamentação pedagógica sólida para o processo ensino/aprendizagem. Assim distribuídas: Fundamentos Antropológicos da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação Brasileira, Política Educacional e Organização da Educação, Psicologia da Educação, Didática e Metodologia do Ensino de História.

Temos ainda na Área de Interesse II, o estágio curricular supervisionado de ensino, que é o momento da formação em que os alunos efetivam, sob a supervisão de profissionais experientes da escola e do curso de Licenciatura em História, o exercício da docência e as outras atividades ligadas ao ambiente escolar, tais como, diagnóstico escolar, participação nas reuniões de planejamento, projeto pedagógico da escola, observações de

aulas, preparação de planos de ensino e planos de aula etc. Esta é a ocasião para se desenvolver competências e habilidades exigidas na prática profissional, especialmente no que se refere à docência em história.

Esta área de interesse é abarcada pelas disciplinas Estágio Supervisionado I (100horas), Estágio Supervisionado II (100horas) e Estágio Supervisionado III (200horas). O Estágio Supervisionado I consiste na análise dos programas relativos às 6ª e 7ª anos do Ensino Fundamental e do planejamento e regência de classe nestas séries; o Estágio Supervisionado II abrangerá essas mesmas atividades, mas relativas às 8ª e 9ª anos do Ensino Fundamental; já Estágio Supervisionado III envolverá as mesmas atividades, referentes, porém, às 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

Por fim, chegamos ao que se refere ao Eixo Temático IV, História e os Fundamentos Pedagógicos, na Área do Conhecimento III, estruturada a partir das chamadas **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**, que em nosso entendimento, contribui na complementação de competências e habilidades do professor/pesquisador do curso de história da UESPI. Elas, embora não tenham caráter de disciplina, são indispensáveis para a conclusão do curso. A Resolução CNE/CP 01 e 02/2002, é que estabelece o cumprimento das 400 horas das chamadas Práticas Pedagógicas, sem o qual o acadêmico não pode receber o Certificado de Conclusão do Curso. O registro de seu cumprimento dar-se-á da seguinte forma: Atividade Concluída (AC) e Atividade Não Concluída (ANC).

Cada professor poderá assumir a responsabilidade de apenas uma Prática Pedagógica por semestre, ficando sob sua responsabilidade o desenvolvimento, acompanhamento e registro no Diário de Classe das atividades pertinentes à Prática Pedagógica, com seus encontros realizados preferencialmente aos sábados durante duas horas. Para o curso de História do campus Heróis do Jenipapo da UESPI, as Práticas Pedagógicas foram estruturadas da seguinte forma:

PRÁTICA PEDAGÓGICA I – 50H

1º bloco: Leitura historiográfica.

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- Leitura e interpretação de textos historiográficos;
- Produção de textos;

Avaliação

- Realização satisfatória das atividades, assiduidade.

PRÁTICA PEDAGÓGICA II – 50H

2º bloco: Tecnologias da Informação e Comunicação

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- O uso das TICs no ensino de História;

Avaliação

- Elaboração de um canal de comunicação online voltado para as problemáticas no campo da História.

PRÁTICA PEDAGÓGICA III - 50H

3º bloco: Análise de fontes históricas em sala de aula

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- Identificação de fontes históricas;
- Visitas aos espaços de pesquisa;
- Discussão acerca das possibilidades de usos das fontes históricas em técnicas de ensino;

Avaliação

- Micro aulas.

PRÁTICA PEDAGÓGICA IV - 50H

4º bloco: As novas linguagens no ensino de História.

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- Utilização das novas linguagens (música, teatro, mídia impressa, literatura, oralidade, iconografia, internet, entre outras).
- Discussão em sala de aula sobre as novas linguagens em História e produção de oficinas com os alunos para socializar estas tecnologias.

Avaliação:

- Elaboração e execução de um projeto de utilização das novas linguagens no ensino de História

PRÁTICA PEDAGÓGICA V – 50H

5º bloco: As técnicas de avaliação no ensino de História.

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- Técnicas de elaboração de atividades avaliativas no ensino de História voltadas para o ENEN;

Avaliação:

- Elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação.

PRÁTICA PEDAGÓGICA VI – 50H

6º bloco: O ensino de História e a lei 10.639/2003.

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- História da África e dos africanos no Brasil;
- A luta dos negros no Brasil;
- Cultura negra brasileira;
- O negro na formação da sociedade nacional.

Avaliação:

- Elaboração e execução de atividade de ensino em escola pública.

PRÁTICA PEDAGÓGICA VII – 50H

7º bloco: O Piauí no ensino de História

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- Discussões acerca do ensino da História do Piauí no cenário nacional;
- Entrevista com pesquisadores e professores de História da educação básica para entender as dificuldades e alternativas de trabalhar com a História do Piauí.

Avaliação:

Produção de material didático sobre história do Piauí.

PRÁTICA PEDAGÓGICA VIII – 50H

8º bloco: Os temas transversais e o ensino de História

- Um encontro semanal de 2h/a aos sábados;
- Discussão sobre as possibilidades de aplicação dos temas transversais na educação básica.

Avaliação:

- Elaboração e execução de projeto para aplicação dos temas transversais no ensino de História.

6.1 REQUISITOS LEGAIS

6.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)

Em atenção ao que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004) quanto à formação de professores, o Curso de História do Campus Heróis do Jenipapo possui em sua matriz curricular a disciplina de História da África e Ásia (bloco VII), Prática Pedagógica VI - O ensino de História e a lei 10.639/2003 -, além da disciplina de Cultura Brasileira (bloco II), cuja ementa contempla também a história e cultura dos grupos indígenas brasileiros e piauienses. Esta disciplina responde diretamente ao objetivo contido da Resolução nº 001/2004 do Conselho Nacional de Educação de reconhecer e valorizar a “identidade, história e cultura dos afrobrasileiros”, bem como “garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira” e das raízes indígenas.

Cumprе salientar que a educação das relações étnico-raciais é ainda contemplada de forma transversal nas disciplinas Fundamentos Antropológicos da Educação (bloco I), Sociologia da Educação (bloco II), História das

Américas (bloco III), História do Brasil Colônia (bloco IV), História do Brasil Monárquico (bloco V), História do Brasil Republicano (bloco VI), História do Piauí (bloco V), Prática Pedagógica VII e VIII nas quais é possível contribuir para o desenvolvimento de “atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial”. As três disciplinas referidas são oferecidas nos segundo e terceiro bloco, em caráter obrigatório, reforçando seu caráter formativo elementar para o desenvolvimento das demais disciplinas, ainda que não expresse nas ementas.

A educação das relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, indígenas e Africanas tem por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação plenamente democrática.

O currículo do curso de Licenciatura Plena em História foi concebido como o objetivo de proporcionar ao aluno o conhecimento necessário para o gerenciamento adequado das funções que envolvem um profissional desta natureza.

6.1.2 DISCIPLINA DE LIBRAS

Em acordo com o estabelecido pelo Decreto federal nº 5.626/2005 e pela Lei federal nº10.436/2002, o Curso de História do Campus Heróis do Jenipapo oferta, no bloco VIII, a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras), em caráter obrigatório. Tal inclusão representa o reconhecimento da necessidade de formar os futuros professores para receberem pessoas com deficiências auditivas em suas salas de aulas como um dos elementos fundamentais da construção de uma escola plural. A disciplina de Libras não apenas oferece os fundamentos à superação das barreiras comunicativas entre pessoas com diferentes necessidades, como inicia os estudantes nas necessidades educacionais das pessoas com deficiência auditiva e problematiza o percurso educacional histórico centrado na oralidade como meio essencial de educar-se. Neste sentido, a perspectiva desta disciplina é distanciar-se da representação negativa dos sujeitos com problemas auditivos

em favor dos conhecimentos culturais, linguísticos e pedagógicos necessários para a atuação docente junto a esses alunos.

6.1.3 Políticas de Educação Ambiental

Atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais, à Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 no que diz respeito à Educação Ambiental, o curso de História reconhece a importância da Educação Ambiental e incentiva a promoção de atividades contínuas e permanentes, em caráter transversal, em diversas disciplinas do curso. Para isso, são realizados, de forma contínua, as seguintes atividades:

1. Oficinas de atualização dos planos de curso para contemplar os conteúdos relacionados ao meio ambiente;
2. Incentivo ao desenvolvimento de atividades complementares relacionadas à educação ambiental;
3. Criação de projeto de extensão voltado à educação ambiental.

6.2 MATRIZ CURRICULAR

PRIMEIRO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/Prática	Prática - PCC	
História Antiga	90h	0	90h
Metodologia Científica	60h	0	60h
Fundamentos Antropológicos da Educação	60h	0	60h
Filosofia da Educação	60h	0	60h
Introdução aos estudos Históricos	90h	0	90h
Prática Pedagógica I	-	50h	50h
TOTAL DO SEMESTRE			410h

SEGUNDO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/Prática	Prática - PCC	
História Medieval	90h	0	90h
Introdução à Arqueologia	60h	0	60h
História da Cultura Brasileira	60h	0	60h
Sociologia da Educação	60h	0	60h
Teoria da História I	60h	0	60h
Prática Pedagógica II	-	50h	50h
TOTAL DO SEMESTRE			380h

TERCEIRO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/Prática	Prática - PCC	
História Moderna	90h	0	90h
Política Educacional e Organização da Educação	60h	0	60h
Psicologia da Educação	60h	0	60h
História da América	90h	0	90h
Teoria da História II	60h	0	60h
Prática Pedagógica III	-	50h	50h
TOTAL DO SEMESTRE			410h

QUARTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/Prática	Prática - PCC	
História das Ideias Políticas e Sociais	60h	0	60h
História do Brasil Colonial	90h	0	90h
História da Educação Brasileira	60h	0	60h
Didática	60h	0	60h
Historiografia Brasileira	60h	0	60h

Prática Pedagógica IV	-	50h	50h
TOTAL DO SEMESTRE			380h
QUINTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/Prática	Prática - PCC	
História do Brasil Monárquico	90h	0	90h
História do Piauí	90h	0	90h
Metodologia do Ensino de História	90h	0	90h
Iniciação à Pesquisa Histórica	45h	0	45h
Prática Pedagógica V	-	50h	50h
TOTAL DO SEMESTRE			365h

SEXTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/Prática	Prática - PCC	
História Contemporânea I	60h	0	60h
História do Brasil Republicano	90h	0	90h
Historiografia do Piauí	45h	0	45h
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	75h	0	75h
Estágio Supervisionado I	100h	-	100h
Prática Pedagógica VI	-	50h	50h
TOTAL DO SEMESTRE			420h

SÉTIMO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/prática	Prática - PCC	
História Contemporânea II	90h	0	90h
Estágio Supervisionado II	100h	0	100h
Monografia I	60h	0	60h
História da África e da Ásia	60h	0	60h
Prática Pedagógica VII	-	50h	50h
TOTAL DO SEMESTRE			360h

OITAVO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica/Prática	Prática - PCC	
Estágio Supervisionado III	200h	-	200h
Monografia II	60h	0	60h
Libras	60h	0	60h
Prática Pedagógica VIII	-	50h	50h
AACC's			200h
TOTAL DO SEMESTRE			570h

RESUMO	CARGA HORÁRIA
CH DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	2.055
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	400
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400
ATIVIDADES ACADÊM. COMPLEMENTARES	200
TCC	240
TOTAL	3.295

6.2.1. FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA DO CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO – CAMPO MAIOR

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA – CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO							
1 BLOCO	2 BLOCO	3 BLOCO	4 BLOCO	5 BLOCO	6 BLOCO	7 BLOCO	8 BLOCO
História Antiga (90hs)	História Medieval (90hs)	História Moderna (90hs)	História das Idéias Políticas e Sociais (60hs)	História do Brasil Monárquico (90hs)	História Contemporânea I (60hs)	História Contemporânea II (90hs)	Estágio Supervisionado II (200hs)
Metodologia Científica (60hs)	Introdução a Arqueologia (60hs)	Política Educacional e Organização (60hs)	História do Brasil Colonial (90hs)	História do Piauí (90hs)	História do Brasil Republicano (90hs)	Estágio Supervisionado II (100hs)	Monografia II (60hs)
Fundamentos Antropológicos da Educação (60hs)	História da Cultura Brasileira (60hs)	Psicologia da Educação (60hs)	História da Educação Brasileira (60hs)	Metodologia do Ensino de História (90hs)	Historiografia do Piauí (45hs)	Monografia I (60hs)	Libras (60hs)
Filosofia da Educação (60hs)	Sociologia da Educação (60hs)	História da América (90hs)	Didática (60hs)	Iniciação a pesquisa histórica (45hs)	Métodos e Técnicas de pesquisa em História (75hs)	História da África e da Ásia (60hs)	Prática Pedagógica VIII (50hs)
Introdução aos Estudos Históricos (90hs)	Teoria da História I (60hs)	Teoria da História II (60hs)	Historiografia Brasileira (60hs)	Prática Pedagógica V (50hs)	Estágio Supervisionado I (100hs)	Prática Pedagógica VII (50hs)	AACC's (200hs)
Prática Pedagógica I (50hs)	Prática Pedagógica II (50hs)	Prática Pedagógica III (50hs)	Prática Pedagógica IV (50hs)		Prática Pedagógica VI (50hs)		
410	380	410	380	365	420	360	570

CARGA HORÁRIA TOTAL PARA INTEGRALIZAÇÃO – 3.295 HORAS AULAS

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 400 HORAS AULAS

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: 400 HORAS

ATIVIDADES COMPLEMENTARES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS: 200 HORAS

TCC: 240 HORAS

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3.295 HORAS AULAS (MÍNIMO DE 4 ANOS E MÁXIMO DE 8 ANOS)

6.3. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Considerando o desenvolvimento científico e tecnológico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelos professores responsáveis pelas disciplinas, desde que analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e homologadas pelo Colegiado do Curso. As ementas das disciplinas do curso, bibliografia básica e complementar são apresentadas a seguir:

Disciplinas do 1º Semestre

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS (90h)

Ementa: Epistemologia das Ciências Sociais: problema da verdade; do conhecimento; da objetividade; da interdisciplinaridade. Sujeitos, objetos e problemas. O tempo histórico: historicidade do conceito de tempo. Narrativa e escrita do conhecimento histórico. Estudo das múltiplas correntes historiográficas e seus referenciais teórico-metodológicos (Parte I): Positivismo. Historicismo e Materialismo Histórico.

Competências:

- Identificar os diferentes elementos que caracterizam o conhecimento científico;
- Caracterizar a natureza do conhecimento histórico, aplicados aos Fundamentos Pedagógicos da Educação;
- Utilizar adequadamente os conceitos de fato histórico, tempo histórico e sujeito histórico.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

2. BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História:** os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

3. BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História:** os paradigmas revolucionários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar

1. BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História:** princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

2. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

3. DOSSE, François. **A história.** São Paulo: UNESP, 2012.

4. SCHAFF, Adam. **História e verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

5. WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.** São Paulo: Edusp, 2008.

METODOLOGIA CIENTÍFICA (60h)

Ementa: O conhecimento, a ciência e o método científico; Aquisição das normas e habilidades técnica da produção e apresentação do trabalho científico; Instrumentalização: leitura e escrita.

Competências:

- Utilizar, em conformidade com os padrões de cientificidade, textos e outras fontes de informações do conhecimento;
- Elaborar resumos, textos, resenhas com análises críticas valorizando os conteúdos de diferentes disciplinas.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Miranda de Andrade. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2011.

2. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
3. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

1. CERVO, Amando Luís. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
2. LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Miranda de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HOCHÉ, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2006.
4. RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 2006.
5. SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Fundamentos antropológicos para a educação; A ciência antropológica: objeto e metodologia. Conceito antropológico de cultura e suas categorias fundamentais: corpo, tempo e espaço; A abordagem sociocultural da educação: identidade e diversidade cultural.

Competências:

- Reconhecer a importância da Antropologia para compreensão das diversidades culturais, sobretudo, na realidade educacional.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia básica:

1. DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**.

- Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
2. HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
 3. LAPLANTINE, F. **Aprendendo Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Bibliografia Complementar:

1. SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. (orgs). **Antropologia, história e educação**. São Paulo: Global, 2001.
2. SILVA, A. L. da; MACEDO, A. V.; NUNES, A. (orgs). **Crianças indígenas**. São Paulo: Global, 2002.
3. LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2008.
4. MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
5. LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Gênese do pensamento filosófico; Concepções filosóficas do conhecimento; Filosofia e educação: tendências filosóficas da educação; A filosofia da educação no Brasil; Ideologia e educação no Brasil: as correntes e tendências da educação brasileira.

Competências:

- Conhecer noções básicas de filosofia, provendo conhecimentos e modos de abordagem dos fenômenos educativos.
- Refletir criticamente acerca de temas educacionais relacionados a área.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.
2. CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.
3. LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

1. ARANHA, M. L. de A. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.
2. GADOTTI, M. **Histórias das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1999.
3. PAVIANI, J. **Problemas de filosofia da educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
4. REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**. Vol. 2: Patrística e Escolástica. São Paulo: Paulus, 2007.
5. REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**. Vol. 3. Do humanismo a Descartes. São Paulo: Paulus, 2009.

HISTÓRIA ANTIGA (90h)

Ementa: Os primeiros agrupamentos humanos, formas de organização e de transformação. As sociedades do antigo oriente próximo. As civilizações do ocidente antigo: Grécia e Roma.

Competências:

- Entender os processos que levaram à construção das primeiras civilizações;
- Compreender as relações sociais do Antigo Oriente e do Mundo Clássico.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. DUBY, George; ARIÉS, Philippe (Orgs.) **História da vida privada:** do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
2. SAID, Edward. W. **Orientalismo:** O Oriente como uma invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
3. PINSKY, Jaime. **100 textos de História Antiga.** São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar:

1. CABANES, Pierre. **Introdução à história da antiguidade.** Petrópolis: Vozes, 2009.
2. CAMPBELL, Joseph. **O Egito Antigo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.
3. FLORENZANO, Maria Beatriz B. **O Mundo Antigo:** Economia e Sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1998.
4. FLORENZANO, Maria Beatriz B. **Antiguidade Clássica:** a história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Unicamp, 2003.
5. GRIMAL, Pierre. **A civilização Romana.** Lisboa: Edições 70, 2009.

Prática Pedagógica I (50hs)

Ementa: Competências e Habilidades do Professor-Pesquisador

Competências:

- Compreender o processo educativo enquanto integrante do processo histórico-cultural humano e, portanto, portador e representativo de simbologias, poderes, representações, permanências e transformações da sociedade que o comporta;
- Compreender que produção e o ensino do conhecimento histórico acontecem num processo dialógico e interdependente;
- Compreender que é necessário ao profissional da História agregar competências para produzir e ensinar os conhecimentos pertinentes a este campo de saber.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e sala de multimeios com acesso à internet.

Bibliografia básica:

1. ARIAS NETO, José Miguel (org.) **Dez anos de pesquisa em ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005.
2. HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
3. SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional** – 5 ed. – Campinas, SP: Autores Associados 2004 (Coleção educação contemporânea).

Bibliografia Complementar:

1. BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 7ed.- São Paulo: Contexto, 2002.
2. BURKE, Peter. **O historiador como colunista: ensaios para a FOLHA**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
3. DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. - 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
4. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Pais e Terra, 1996.
5. KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. - São Paulo: Contexto.

Disciplinas do 2º Semestre

TEORIA DA HISTÓRIA I (60h)

Ementa: Estudo das múltiplas correntes historiográficas e seus referenciais teórico-metodológicos (Parte II): A Escola dos Annales. História Social Inglesa. Nova História. História Cultural. Pós-Estruturalismo.

Competências:

- Identificar as principais obras e características da Escola dos Annales da primeira, segunda e terceira gerações;
- Caracterizar o paradigma da História Social Inglesa;
- Entender a produção historiográfica à luz das teorias pós-estruturalistas.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 2003.
2. DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova história. Bauru: EDUSC, 2003.
3. HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

1. CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
2. CHARTIER, Roger. **História Cultural** - entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.
3. DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 1993.
4. GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

5. THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. São Paulo: UNESP, 1992.

HISTÓRIA MEDIEVAL (90h)

Ementa: A formação dos estados do ocidente e oriente medieval; Estrutura e dinâmica das sociedades medievais. Historiografia do período medieval

Competências:

- Identificar a estrutura e a dinâmica das sociedades medievais;
- Reconhecer as características econômicas, jurídicas e sociais do Feudalismo.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. FRANCO JR, Hilário. **Idade Média:** o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.
2. DUBY, Georges. **O tempo das catedrais:** arte e sociedade - 980/1480. Lisboa: Estampa, 1979.
3. LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média:** tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
2. NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e história:** as práticas mágicas no Ocidente cristão. São Paulo: Edusc, 2004.
3. HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Lisboa: Verbo, 2006.
4. DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1994.

5. LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 2010.

INTRODUÇÃO À ARQUEOLOGIA (60h)

Ementa: Conhecimento arqueológico no campo científico; Arqueologia Brasileira: acervos arqueológicos de predominância nacional; Procedimentos metodológicos e técnicas utilizadas nas pesquisas.

Competências:

- Conhecer os principais elementos da produção de saber em arqueologia;
- Entender, em linhas gerais, a produção dos estudos arqueológicos em território brasileiro e em especial no Piauí.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula, além de aulas de campo em sítios arqueológicos.

Bibliografia Básica:

1. FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Arqueologia**. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.
2. PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992.
3. GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Bibliografia Complementar:

1. GUGLIELMO, Antonio Roberto. **A Pré-História: uma abordagem ecológica**. São Paulo. Brasiliense. 1991.
2. MEGGERS, Betty J. **América Pré-Histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
3. TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

4. NEVES, Walter. **A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?** Ver. ANTROPOL. [ONLINE]. 2007, vol. 50, nº 1, pp. 9-44.

5. MARTINS, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 3ed. Recife: Ed. Da UFPE, 1999.

HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA (60h)

Ementa: Noções de cultura; Formação e dinâmica da cultura brasileira; históricos da cultura piauiense.

Competências:

- Problematicar os processos de constituição, representação e transformação da cultura e identidade brasileiras;
- Relacionar as manifestações culturais nacionais aos contextos latino-americano e mundial.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. ALBUQUERQUE, Marleide Lins de (org.) **Identidades e diversidade cultural**. Teresina: Ed. Avant Gardel/ FUNDAC, 2011.
2. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
3. ALVES, Rubem. **Pimentas: para provocar um incêndio não é preciso fogo**. Planeta do Brasil.

Bibliografia Complementar:

1. CHAUÍ, Marilena, Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
2. MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: 34, 2008.

3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Rio de Janeiro: Rocco.
4. DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** 9ed. Rio de Janeiro: 1998.
5. SCHWARCZ, Lília, **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60hs)

Ementa: A construção da Sociologia como campo de conhecimento; As teorias sociológicas e sua relação com o processo sócio-educativo; Educação: significado e importância do ponto de vista social e transmissão do conhecimento; Fracasso escolar: uma análise contextual e a repercussão na formação da criança e do adolescente.

Competências:

- Conhecer os principais fundamentos sociológicos e sua aplicação na prática educativa.
- Compreender a relação do fenômeno educação e a sociedade.
- Estabelecer conexões entre processos culturais e educação.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

- 1 RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- 2 DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- 3 NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar:

- 1 ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- 2 ARAÚJO, S. M. de; MOTIM, B. L.; BRIDI, M. A. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2009.
- 3 BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.
- 4 DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- 5 MARTINS, C. B. **O que é sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRÁTICA PEDAGÓGICA II (50hs)

Ementa: Teoria, método e técnicas: Subsídios para a escrita e o ensino em História. Operacionalização da disciplina. A disciplina se caracteriza por atividades em sala de aula de caráter teórico. Propõe a análise acerca da docência com ênfase no ensino de História, bem como a discussão a apropriação de novas metodologias e abordagens para a construção do conhecimento histórico na sala de aula, também prevê a prática de observação, contemplando situações de observação e pesquisa em estabelecimento de ensino. A proposta contempla ainda saídas de campo, compreendendo a temática: patrimônio cultural e ensino de história.

Competências:

Compreender os pressupostos técnicos e metodológicos do ensino, e do ensino de história, articulando-os aos processos do ensinar e aprender, à pesquisa e à reflexão sobre métodos e experiências didáticas.

- A escola conservadora, desigualdades frente à escola e à cultura; O capital social; O capital cultural.
- O cotidiano escolar: público e privado, violência simbólica, disciplinarização.
- O ensino de História. Conceitos/categorias fundamentais para o ensino de história especialmente “tempo, espaço, memória, identidades, representações”, na busca por atividades pedagógicas possíveis para

aprendizagem dos mesmos.

Cenários de aprendizagem: Aulas expositivas; leitura, discussão e produção de texto; utilização de vídeos-documentários como aporte teórico e técnico na construção de saberes.

Bibliografia Básica:

1. BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.
2. GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991.
3. FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

Bibliografia Complementar:

1. MORIN, E. **Os sete saberes necessários para a educação no futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
2. NIETZSCHE, F. **Obras incompletas: Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 2 eds., 1978.
3. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação: Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.
4. POLLAK, Michael, **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, n. 2, p. 3-15, 1989.
5. _____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, n. 10, p. 200-215, 1992.

HISTÓRIA MODERNA (90hs)

Ementa: Idade Moderna: a crise do feudalismo e os séculos XIII A XVII. Renascimento e Reforma: novas visões do mundo e promoção do Ocidente. Formação do Estado Moderno. Revolução Inglesa do século XVII. O Iluminismo.

Competências:

- Identificar os principais movimentos de transformações política, econômica e social na Europa do século XIII ao século XVII.
- Conhecer a formação histórica do Estado Moderno europeu.

Cenários de aprendizagem: As competências desejadas serão alcançadas utilizando a sala de aula, notebook e datashow.

Bibliografia Básica:

1. ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
2. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
3. BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1989.

Bibliografia Complementar:

1. DAVIS, Natalie – **Histórias de perdão - E seus narradores na França do século XVI**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
2. DAVIS, Natalie – **Culturas do Povo – sociedade e cultura no início da França Moderna**. Tradução. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
3. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
4. HILL, Christopher. **A revolução inglesa**. Lisboa: Presença. 1990.

5. _____. **O mundo de ponta-cabeça**. SP. Companhia das letras, 1987.

POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60hs)

Ementa: História da organização e desenvolvimento do sistema educacional brasileiro; As po-líticas e a legislação educacional brasileira para a educação básica; Formação de professores segundo a LDB (Lei 9394/96)

Competências:

- Compreender, de forma objetiva e crítica, a importância da LDB 9.394/96 para os des-tinos da educação em nosso país;
- Identificar aspectos relevantes da política educacional prevista na LDB 9.394/96;
- Efetivar uma comparação crítica dos avanços e retrocessos da LDB 9.394/96 em rela-ção à LDB anterior;
- Apontar aspectos legais às questões de avaliação e financiamentos para educação, de acordo com a lei 9.394/96.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia.

Bibliografia Básica:

- 1.BREZENZISKI, Iria. (org) **LDB dez anos depois – reinterpretada sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2010.
- 2.CURY, C.R.J. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. IN: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. da S. **Gestão da educação: impasses perspectivas e compromissos**. Campinas: Cortez, 2000.
- 3.DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas – SP: Papirus, 1997.

Bibliografia Complementar:

1. SHIROMA, Eneida Oto ET Al. Reformas de ensino, modernização administrada. IN: Política educacional. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
2. OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R.T. **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. 3. Ed Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
3. OLIVEIRA, Romualdo; ADRIÃO, Theresa. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.
4. PERONI, Vera. **Política educacional e o papel do Estado**. São Paulo : Xamã, 2003. P. 118-142.
5. FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60hs)

Ementa: Psicologia como ciência objeto de estudo e método de investigação psicológica; Teorias do Desenvolvimento Humano e da Personalidade; Uso dos PCNs no trabalho pedagógico de Psicologia da Educação.

Competências:

- Evolução, histórico e aplicabilidade no contexto educacional; Processo dos fenômenos psíquicos e suas disfunções: reflexos na aprendizagem escolar, processos cognitivos e conotativos (inteligência, memória, motivação e percepção); Teorias do desenvolvimento e aprendizagem empirismo e racionalismo;
- Integração das ciências psicológicas e pedagógicas no processo docente; Desenvolvimento e aprendizagem/teorias atuais; Fatores externos que interferem no processo docente educativo: família – escola – meios de comunicação; Dificuldades de aprendizagem e manifestações na escola;
- Introduzir o aluno no conhecimento científico da psicologia;
- Entender como os princípios psicológicos relacionam-se com a educação de ensino-aprendizagem;

- Compreender a importância da psicologia da educação na formação do educador;
- Identificar as teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano e sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala com recurso multimídia e laboratório de Psicologia da Educação.

Bibliografia Básica:

1. BIAGGIO, A. M. B. **Psicologia e desenvolvimento**. São Paulo: s.e., 1993.
2. BOCK, A. M. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva. (1999).
3. CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da Aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, (1987).

Bibliografia complementar:

1. BRAGHIROLI, E. M. **Psicologia Geral**. Petrópolis: Vozes, (1997).
2. COUTINHO, M. T. et al. **Psicologia Educacional: Um estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltados para a educação; ênfase na abordagem construtivista**. Belo Horizonte: Lê, (1993).
3. DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
4. JONHSON, D. J.; HELMER, R. M. **Distúrbio da aprendizagem**. São Paulo: EDUSP, 1983.
5. NOVAIS, M. H. **Psicologia Escolar**. 4. Ed. São Paulo: Quatro, 1982.

HISTÓRIA DA AMÉRICA (90hs)

Ementa: Sociedades Incas, Astecas e Maias; Expansão Marítima européia e Colonização da América espanhola; Formação dos Estados Americanos do século XVIII e XIX; Movimentos sócio-políticos na América latina do século XX.

Competências:

- Problematizar o campo teórico da história e sua interlocução com a ideia de uma História das Américas enquanto processo de construção histórica;
- Conhecer e problematizar a questão do outro durante o processo de Expansão Marítima Europeia e a Colonização da América Espanhola;
- Identificar os diversos saberes que construíram uma história para as Américas pa-ra, a partir de então utilizar os mesmos para compreender a relação que tais sabe-res tem com o passado e o presente histórico do qual fazemos parte no mundo contemporâneo;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utili-zados a sala de aula da UESPI e quando possível a realização de aulas de campo/viagens por cidades brasileiras que possam ter relações práticas com as aulas teóricas ocorridas em salas de aulas da UESPI.

Bibliografia Básica:

1. TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América- a questão do outro.** São Paulo: Mar-tins Fontes:1983.
2. PRADO, Maria Ligia. **A Formação das Nações Latino-Americanas.** SãoPaulo: Atual. 1994.
3. FERREIRA, Jorge Luiz. **Incas e Astecas: Culturas Pré-Colombiana.** Ática, SP. 1995.

Bibliografia Complementar:

1. ANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina.** SP: Ática, 1989.
2. LOPPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

3. PADROS, Enrique Serra. **Ditaduras Militares e Neoliberalismo: Relações explícitas nos descaminhos da América Latina.**
4. PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram.** SP. Atual. 1987.
5. PINSKY, Jaime. **História da América através de Textos.** Contexto. SP, 1989.

TEORIA DA HISTÓRIA II (60hs)

Ementa: Produzir um panorama da produção historiográfica, fundamentando-se nas teorias que orientaram o recente debate produzido no campo da história. Analisar como diferentes concepções historiográficas constroem e utilizam conceitos históricos, delimitam os objetos e tratam das fontes históricas. Proporcionar uma reflexão sobre a produção recente na área, situando os deslocamentos temáticos e a interdisciplinaridade estabelecida com outras áreas do saber.

Competências:

- A institucionalização e a organização da História. Problemática acerca da cientificidade do conhecimento histórico; processo de evolução do conhecimento histórico, enfatizando a sua historicidade;
- As principais posturas teórico-metodológicas que possibilitaram o afirmar-se da História como ciência, destacando os seus pontos de rupturas e continuidades. O conhecimento Histórico no Contexto de crise e transição de paradigmas (modernidade X pós modernidade);
- Os atuais dilemas e perspectivas do processo da produção do conhecimento histórico: objetivos, fontes e métodos históricos-produção e aplicação na pesquisa.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala com recurso multimídia e laboratório de História.

Bibliografia Básica:

1. BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História** – volume I. 2a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
2. BEMJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo : Brasiliense, 1994.
3. BLOCH, MARC. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Bibliografia Complementar:

1. BURKE, Peter (org) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
2. CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro ; Difel, 1990.
3. COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Portugal: Editorial Presença, 1998.
4. HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
5. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro : contraponto ; Ed. Puc – Rio, 2006.

PRÁTICA PEDAGÓGICA III (50hs)

Ementa: A disciplina denominada "Prática Pedagógica III" possibilita uma visão reflexiva e crítica das legislações do ensino de História ao contemplar sua realização efetiva na sala de aula. Com isso, contribui de forma relevante para que o aluno do curso de Licenciatura Plena em História desenvolva competências e habilidades necessárias para a formação relativa ao ofício de professor.

Competências:

- Discussão sobre os objetos, os conteúdos, os métodos, as técnicas e as propostas curriculares do estudo de História ao longo da legislação brasileira;
- Entender a trajetória de construção da História como disciplina autônoma;
- Analisar as mudanças ocorridas no ensino de História de acordo com as legislações;
- Analisar a História como disciplina nos livros didáticos.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia.

Bibliografia Básica:

- 1.BITTENCOURT, Circe. **Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história**. In: _____. (org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Con-texto, 1998.
- 2._____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- 3.FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1.BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. (Ensino Fundamental). Brasília: MEC, 1998.
- 2.BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.
- 3.CABRINI, Conceição (org). **Ensino de História: revisão urgente**. São Paulo: EDUC, 2000.

4. LEI nº. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília: dez. 2006. Disponível em: < [www. Planalto. Gov. br/ CCIVIL_ LEIS? L9394. htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_Leis/L9394.htm) > Acesso em: 22 de mar. de 2007.

5. PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e Vida Integrada**. São Paulo: Ática, 2005.

Disciplinas do 4º Semestre

HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS E SOCIAIS (60hs)

Ementa: Natureza do pensamento social e político; Idéias políticas e sociais pré-modernas; Teorias políticas modernas; Tendências sócio-políticas contemporâneas.

Competências:

- Estimular, nos alunos, o interesse pelos o esforço de compreender a dinâmica do pensamento político ocidental;
- Viabilizar uma discursão em torno das variáveis observáveis no campo das idéias políticas, destacando as aspectos tais como: forma e finalidades;
- Possibilitar conhecimento e a discursão em torno de conceitos e valores centrais, constituintes do campo das idéias políticas;
- Destacar o pensamento ideológico predominante na modernidade;
- Analisar os regimes políticos totalitários no contexto do pós primeira Guerra Mundial.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia.

Bibliografia Básica

1. BOBBIO, Norberto. Esquerda e direita: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: EDUSP, 1995.
2. CHÂTELET, François. História das idéias políticas. Tradução de Carlos Nelson Cou-tinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.
3. DARNTON, Robert e DUHAMEL, Olivier. Democracia. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Bibliografia Complementar:

1. ARENDT, Hannah. A promessa da política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
2. _____. Sobre a revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
3. HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.
4. LOWY, Michael. Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista. 15ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2002
5. SPINDEL, Arnaldo. O que são ditaduras. São Paulo : Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL (90hs)

Ementa: Grupos indígenas e a ocupação do território. A constituição, o desenvolvimento e a crise da colonização portuguesa no continente americano por meio da abordagem de temas sociais, econômicos, políticos e culturais. A construção da sociedade escravista: economia e relações de poder. O Brasil no contexto da Contra Reforma Católica: a Companhia de Jesus e suas relações com o Estado e os indígenas.

Competências:

- Identificar as contribuições das sociedades nativas na formação do Brasil colonial;
- Conhecer as formas de organização militar, administrativa e política portuguesa na organização do império ultramarino português;

- Analisar as a formação da sociedade escravocrata durante o período colonial;
- Compreender o contexto sócio-político e econômico que deu suporte à emergência de revoltas nativistas durante o período colonial, bem como de movimentos emancipató-rios;
- Perceber as transformações ocorridas na colônia com a vinda da Família Real Portu-guesa;
- Analisar, à luz da historiografia atual, o papel da Igreja e das mulheres no contexto do Brasil Colonial.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utili-zados a sala de aula e sala de multimeios com acesso à internet uma vez que tal ferramenta po-de ser utilizada nas visitas virtuais realizadas em museus que disponibilizam seus acervos onli-ne, além da visualização e análise de imagens em formato audiovisual.

Sugestões de Filmes: Caramuru (Guel Arraes), Desmundo (Alain Fresnot), Hans Staden (Luis Alberto Pereira), Descobrimento do Brasil (Humberto Mauro), Quilombo (Carlos Diegues), Xica da Silva (Carlos Diegues), Brava Gente Brasileira (Lucia Murat), Aleijadinho – paixão, glória e suplício (Geraldo Santos Pereira).

Bibliografia básica:

- 1.NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 2006.
- 2.SOUZA, Laura de Mello e. **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- 3.BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Compa-nhia das Letras, 2002.

Bibliografia complementar:

1. ANTONIL, André. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Edusp, 2007.
2. FRAGOSO, João; BICALHO, M.F. & GOUVÊA, M de F. (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI e XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
3. MELLO E SOUZA, Laura de (org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
4. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
5. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (60hs)

Ementa: A educação no Brasil: origem, evolução histórica metodológica sob a análise das transformações ocorridas desde os seus primórdios até ao dias atuais, resultados das reformas educacionais ao longo dos períodos históricos. O papel da escola no Brasil diante de novos desafios.

Competências:

- Historicizar as práticas educacionais no Brasil, observando, no decorrer da história do país, as relações travadas a educação, herança cultural, poderes políticos, contexto social;
- Identificar relações entre a educação e contexto sociocultural do Brasil;
- Analisar práticas educacionais nos diferentes períodos da História do Brasil: colônia, Império e República;
- Perceber que os processos educacionais são permeados por continuidades e permanências, rupturas e transformações.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia.

Bibliografia básica:

1. ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e Pedagogia:** Geral e Brasileira. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
2. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio.** São Paulo: Loyola, 1988.
3. GADOTTI, MOACIR. **Pensamento Pedagógico brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Ática: 1995.

Bibliografia complementar:

1. GHIRALDELHI JUNIOR. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
2. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.
3. MILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira:** leituras. São Paulo: Pioneiro, 2003.
4. MOTA, Carlos Guilherme, **Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas.** São Paulo: Globo, 2001.
5. LOPES, Eliane Marta. **Perspectivas históricas da educação.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DIDÁTICA 60(hs)

Ementa: O papel social da didática no processo ensino-aprendizagem e a construção de competências, habilidades e atitudes. A sala de aula: espaço de conhecimentos e os componentes de ação educativa. Recursos de aprendizagem e interação professor x aluno. Planejamento de ensino: componentes e elaboração.

Competências:

- Analisar criticamente o papel da Didática na formação profissional do professor oportunizando o redirecionamento da prática pedagógica, relacionando teoria e prática, na discussão de temas pertinentes à ação docente.
- Contextualizar historicamente a Didática, identificando o seu papel e a importância da educação política na escola visando a formação de competências essenciais na construção da cidadania;
- Conhecer as concepções de educação e suas implicações para a prática pedagógica, verificando a relação entre Didática e Psicologia, tendo em vista a compreensão do processo educativo;
- Analisar as diferentes etapas que compõem o planejamento, caracterizando os componentes do processo educativo, visando a compreensão da elaboração dos planos de ensino;
- Refletir sobre a prática docente exercida em escolas do ensino fundamental e médio, diante das necessidades e exigências atuais para a otimização do processo educativo.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala com recurso multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

- 1.BORDENAVE, Juan Diaz e PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 16 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- 2.CANDAU, Vera Maria. **A Didática em questão**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- 3.GONÇALVES, Romana. **Didática Geral**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

Bibliografia Complementar:

1. HAIYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 1994.
2. LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Cortez, 1992.
3. _____. **Didática**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
4. LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1990.
5. MARIA, Eny e OYAFUSO, Akiko. **Plano escolar caminho para a autonomia**. 3 ed. São Paulo: Extra, 1999.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (60hs)

Ementa: Reflexão acerca da produção historiográfica brasileira no século XIX e XX; Discussão sobre as recentes tendências historiográficas no Brasil.

Competências:

- Discutir aspectos da história social, econômica, política do Brasil entre os séculos XVI e XIX;
- Esclarecer os diferentes posicionamentos teóricos dos autores de trabalhos incluídos na bibliografia;
- Discutir a questão das fontes de pesquisa sobre História do Brasil.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala com recurso multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
2. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: EDUNESP, 1999.

3.FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Sezala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1.FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- 2.HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- 3.NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: século XVI/XVIII**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.
- 4.NIZZA DA SILVA, M^a Beatriz (coord.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: verbo, 1994.
- 5.RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRÁTICA PEDAGÓGICA IV (50 hs)

Ementa: Formulação de projetos de intervenção de aprendizagem, reflexão sobre procedimentos de avaliação.

Competências:

- Conhecer projetos sobre a prática do ensino de História, sobretudo, ao utilizar o aporte teórico que diz respeito às relações pertinentes ao cotidiano escolar em oposição às realidades vividas pelos alunos do ensino básico.
- Conhecer materiais de apoio pedagógico, utilizando o teatro e a teatralidade.
- Analisar materiais e práticas pedagógicas afins com a realidade do ensino de História.

Cenários de aprendizagem: A disciplina compõe-se de 20h/a presencial para estudo e preparação de projetos de intervenção pedagógica, as demais horas restantes 30h/a dar-se-ão em visita a escolas para observação pesquisa e avaliação âmbito escolar. Durante as aulas presenciais o discente apreciará

teorias, exemplos que envolvam os temas referentes ação pedagógica, a ética do professor, poder da arte de ensinar em situações de ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica:

- 1.COURTNEY, R. **Jogo, Teatro & Pensamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª Ed, 1974.
- 2.BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- 3.FONSECA, Selva. Guimarães. **Prática e Didática de História**. Campinas: Ed. Papirus, 1993.

Bibliografia complementar:

- 1.BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- 2.BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Ensino Médio. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- 3.GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- 4.MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **A História do Ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998
- 5.RODRIGUES, A. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 27ª Ed, 2009.

Disciplinas do 5º Semestre

HISTÓRIA DO BRASIL MONÁRQUICO (90hs)

Ementa: Formação e dinâmica do Brasil monárquico: economia, política, cultura e sociedade.

Competências:

- Analisar o processo de construção do Estado nação durante o período da monarquia no Brasil e nele como se efetivou a elaboração de uma memória histórica nacional.
- Identificar articulações entre as representações identitárias e de poder durante o Império;
- Reconhecer a história piauiense em processo no contexto da história brasileira durante monarquia.

Cenários de Aprendizagem: A disciplina caracteriza-se por atividades em sala de aula de caráter teórico e prático. Propõe a análise acerca de teorias sobre o Estado brasileiro, com foco na análise de livros didáticos de História para o ensino básico, com fito de possibilitar ao discente a apropriação de novas metodologias e abordagens para a construção do conhecimento sobre a História brasileira. As atividades em sala de aulas serão: aulas expositivas; leitura e debate em grupo; exposição de vídeo-documentários como aporte teórico e técnico na construção de saberes. A proposta contempla ainda a produção de relatórios, ensaios e artigos: nascidos da prática em sala.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: A Política Imperial/** José Murilo de Carvalho. 2 ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
2. COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: Momentos decisivos/**Emilia Viotti da Costa. 7 ed. SP. Fundação Editora da UNESP, 1999.
3. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 10 ed. SP. Globo, 1956. V 1.

Bibliografia Complementar:

1. COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Piauí.** 2. ed. Rio de Janeiro: Arte-nova, 1981.

2. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. Vol. 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
3. SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
4. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
5. NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V. 1 e 2.

HISTÓRIA DO PIAUÍ (90hs)

Ementa: Processo de formação da sociedade piauiense: as questões políticas, religiosas, eco-nômicas e culturais no período colonial, imperial e republicano. O Piauí na segunda metade do século XX.

Competências:

- Apresentar e concentrar sucintamente uma visão geral da formação histórica piauiense;
- Desenvolver uma visão crítica da história do Piauí inserida no contexto nacional;
- Compreender a formação social e econômica do Piauí;
- Avaliar criticamente a sociedade piauiense no contexto das lutas pela independência;
- Discutir a questão indígena e a escravidão no Piauí;
- Buscar temas, abordagens e fontes que possam contribuir para a emergência de novos estudos sobre o Piauí.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, laboratórios com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. BARBOSA, TÂNIA M. Brandão. **A elite colonial piauiense**. Família e Poder. Teresina: FCMC, 1995.
2. CHAVES, Mons. Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: fundação Mons. Chaves, 1998.
3. DIAS, Claudete M. Miranda. **Balaio e bem-te-vis: Guerrilha sertaneja**. Teresina: Fundação Mons. Chaves, 1996.

Bibliografia Complementar:

1. EUGÊNIO, João Kennedy (org). Histórias de vários feitos e circunstâncias. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.
2. FALCI, Miridan Brito Knox. **O Piauí na primeira metade do séc. XIX**. Teresina: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo (Projeto Petrônio Portela) 1986.
3. MELO, Pe. Cláudio. **As sesmarias da Casa da Torre no Piauí**. Teresina: IHGP, 1995.
4. NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. S.d. RJ: Arte nova, 1975, volumes: 1,2,3 e 4.
5. QUEIROZ, Terezinha de J. Mesquita. História, literatura, sociabilidades. Teresina: FCMC, 1998.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA (90hs)

Ementa: História do ensino de História no Brasil; Ensino de História e educação; o professor, o aluno, a escola, os conselhos de educação e o ensino de História; ensino de História e Teoria; métodos e técnicas do ensino de História.

Competências:

- Problematicar o campo teórico da história e sua interlocução com os métodos, a metodologia, o ensino e a prática da disciplina História enquanto processo de construção histórica;

- Conhecer e problematizar a própria definição de uma metodologia de ensino mo-delo para a disciplina história a partir, inclusive, de uma “reflexão da prática” em sala de aula como primeiro discurso construtor da ideia de uma “metodologia de ensino da História também passa pela compreensão da ideia de quem é o EU (professor) e de quem é o OUTRO (aluno);
- Identificar os diversos saberes que construíram uma história para a Metodologia do Ensino de História no Brasil e no Piauí para, a partir de então, utilizar os mesmos para compreender a relação que tais saberes tem com o passado e o pre-sente histórico do qual fazemos parte no mundo contemporâneo;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão uti-lizados a sala de aula da UESPI e quando possível a realização de aulas de campo nas escolas do Município ou do Estado que possam ter relações práticas com as aulas teóricas ocorridas em salas de aulas da UESPI.

Bibliografia Básica:

- 1.BITTENCOURT, Circe (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contex-to, 1998.
- 2.BORGES, Vavy Pacheco et al. **O ensino de História**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 3.CABRINI, Conceição et al. **O ensino de História: revisão urgente**. São Paulo: Brasili-ense, 1987.

Bibliografia Complementar:

- 1.DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- 2.FONSECA, Selva Guimaraes. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus.

3.FREITAS, Marcos Cezar de(org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

4.MENEZES, Gilda et al. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

5.PINSKY, Jaime(org). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2000.

INICIAÇÃO À PESQUISA HISTÓRICA (45hs)

Ementa: Análise de procedimentos teóricos e metodológicos de pesquisa em História. Delimitação e problematização do tema de pesquisa. Acervos e fontes: seleção, problemas e críticas. Elaboração do relatório de atividades a partir da organização, discussão e avaliação do material de pesquisa coletado.

Competências:

- Discutir sobre a importância do método histórico;
- Exercitar conhecimentos adquiridos ou desenvolver competências para a pesquisa;
- Adquirir conhecimentos sobre os principais recursos da pesquisa histórica;

Desenvolver uma atitude reflexiva e crítica sobre a produção historiográfica.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1.ABRÃO, Janete. **Pesquisa & História**. Edipucrs, Porto Alegre, 2002.

2.ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

3.CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Bibliografia Complementar:

1. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2002.
2. GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História**. Imago, Rio de Janeiro, 1997.
3. GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
4. LEGOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos**. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.
5. LÖWTH, Karl. **O Sentido da História**. Edições 70, Lisboa, 1991

PRÁTICA PEDAGÓGICA V (50hs)

Ementa: A escola no Brasil: didática para o ensino de História.

Competências:

- Analisar a didática aplicada no cotidiano escolar pelo professor de história.
- Identificar na contemporaneidade da prática escolar a emergência das novas temáticas que envolvam o ensino de História: poder, memória, novos movimentos sociais;
- Dominar técnicas e procedimentos para a produção de materiais de apoio pedagógico, utilizando arte como aporte técnico;
- Conhecer processo e aplicabilidade em projetos de apoio à prática do ensino de História.

Cenários de Aprendizagem: A disciplina compõe-se de 20h/a presencial para estudo e preparação de projetos de intervenção pedagógica, as demais horas restantes 30h/a dar-se-ão em visita a escolas para observação pesquisa e avaliação de projetos de intervenção desenvolvidos no âmbito das mesmas. Durante as aulas presenciais o discente apreciará teorias, exemplos e técnicas envolvendo os temas referentes ao poder em sala de aula, a pesquisa

pedagógica, a ética do professor, ensino-aprendizagem; o conceito e definição em projetos de intervenção pedagógica.

Bibliografia Básica:

- 1.GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.
- 2.OLIVEIRA, Margarida D. de; CAINELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir F.B. de (org.). **Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal: EDFURN, 2008.
- 3.ZAMBONI, E.; FONSECA, S. E. G. (org.). **Espaços de Formação do Professor de História**. 1. ed. São Paulo: Papyrus, 2008.

Bibliografia Complementar:

- 1.ABREU, Marta; SOIHET R.;GONTIJO, R. (org.). **Cultura Política e Leituras do passado: Historiografia e Ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- 2.BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- 3.BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª Ed, 2005.
- 4.FONSECA, Selva. Guimarães. **Prática e Didática de História**. Campinas: Ed. Papyrus, 1993.
- 5.PINHEIRO, Áurea da Paz (org.). **Paisagens Educativas: saberes, experiências e práticas**. Teresina: Educar: artes e ofícios, 2008.

Disciplinas do 6º Semestre

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I (60hs)

Ementa: O mundo contemporâneo, tomando como marco inicial do seu processo histórico a Revolução Industrial, suas consequências para a vida econômica, social e cultural. Destacando aspectos da vida pública e privada da

população europeia dos séculos XIX e XX, além do im-pacto das revoluções burguesas de 1830 e 1848 para o mundo ocidental, desembocando anos mais tarde no imperialismo e na 1ª Guerra Mundial.

Competências:

- Analisar como se institui o marco inaugural do período contemporâneo, dado pelo pa-radigma das Revoluções Burguesas;
- Destacando como a historiografia vem revisitando esse paradigma ao incorporar no de-bate das revoluções outras dimensões da política, as questões do mundo do trabalho e as mentalidades;
- Compreender os fatores, as consequências, e as dimensões que os acontecimentos da “Era dos Extremos” desencadearam no mundo contemporâneo;
- Discutir e analisar os fatos, fenômenos e processos históricos que definiram ou caracte-rizaram a história mundial ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.
- Analisar as relações econômicas, políticas, culturais e ideológicas das sociedades oci-dentais nos séculos XVII, XIX e início do século XX.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utili-zados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia.

Bibliografia Básica:

- 1.ANDERSON, Perry. **As origens da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- 2.DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- 3.FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Bibliografia Complementar:

1. BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contra-ponto, 2000.
2. HOBBS, Eric. **Ecologia da Mordida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
3. JAMESON, Frederic. **PósModernismo**. São Paulo: Ática, 1996.
4. KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
5. MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Biotempo Editorial; UNI-CAMP, 2002.

HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO (90hs)

Ementa: A constituição e a dinâmica econômica, política, cultural e social do Brasil republicano.

Competências:

- Prover subsídios que possibilitem identificar os principais debates historiográficos acerca do período da Primeira República.
- Constituir pressupostos fundamentais para a apreensão da história cultural, social, econômica e política da República.
- Viabilizar a discussão e a compreensão dos seguintes processos históricos: passagem da monarquia à república; projetos republicanos; consolidação e dissolução do sistema oligárquico; movimentos sociais no campo e na cidade; os anos 20.
- Compreender a crise dos anos 20 e a Revolução de 30.
- Discutir os processos históricos ocorridos no Brasil no período de 1945 ao fim do século XX

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia.

Bibliografia Básica:

- 1.BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- 2._____. **Ordem na cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- 3.CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. Unicamp, 2000.

Bibliografia Complementar:

- 1.CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- 2._____. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 3.COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 4.DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, O silêncio dos vencido: memória, história e revolução**. (6ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 2004.
- 5.FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. (10ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 1986.

HISTORIOGRAFIA DO PIAUÍ (45hs)

Ementa: Escrita da história piauiense; historiografia e identidade; Autores e obras sobre o Piauí; Os espaços de produção de historiográfica no Piauí.

Competências:

- Identificar os principais períodos da historiografia do Piauí; Refletir sobre algumas obras e autores da História do Piauí, Conhecer algumas instituições que guardam fontes para produção historiográfica piauiense.
- Cenários de Aprendizagem: O ambiente da sala de aula, bem como visita ao Arquivo Público do Piauí, Academia Piauiense de Letras e a algumas bibliotecas públicas do Estado.

Bibliografia Básica:

- 1.ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: Comepi, 1981.
- 2.CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. 2ed. Teresina: FCMC, 2005.
- 3.QUEIROZ, Teresinha. **Do singular ao plural**. Recife: Edições Bagaço, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1.BARBOSA, Tanya Maria Pires Brandão. **Historiografia Piauiense**. ed. Mimeo. Teresina, 1993.
- 2.CELESTINO, Erasmo. **Odilon Nunes: historiador e educador**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1990.
- 3.Freitas, Clodoaldo. **Vultos Piauienses – Apontamentos biográficos**. 2ed.Teresina: FCMC,1998.
- 4.NUNES, Odilon. **Casos e cousas da historiografia piauiense**. Revista Presença. Teresina, ano 4,n.9 p.12-16. Out/Dez.1993.
- 5.SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade; as narrativas da piauiensidade**. Teresina: Edufpi, 2010.

MÉTODOS E TECNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA (75hs)

Ementa Fontes e métodos de pesquisa em História; Fundamentos do Projeto de pesquisa em História; Elaboração do Projeto de Pesquisa.

Competências:

- Discutir as conexões as teorias, os métodos, as técnicas e as fontes na pesquisa em His-tória;
- Entender os procedimentos fundamentais para a elaboração de um projeto d e pesquisa em História;
- Elaborar definitivamente o projeto de pesquisa;
- Elaborar a estrutura lógica de monografia;
- Elaborar relatório de pesquisa com as respectivas conclusões parciais.

- Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. BARROS, José D'Assunção. **Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2005.
2. PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.
3. PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

1. BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
2. GLENNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
3. CARDOSO, Ciro Flamarion S., BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. Trad. João Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
4. MINAYO, M. C. de S.(org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
5. CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (100hs)

Ementa: Estudo da LDB e PCN; Análise dos programas relativos a 6ª e 7ª série do ensino fundamental; Planejamento e regência de classe nestas séries.

Competências:

- Discutir o ensino de história sob a perspectiva das mudanças produzidas pelas tendências pedagógicas centradas no aluno como sujeito ativo e produtor de conhecimento;

- Aprimorar as habilidades e competência para a prática no ensino de história no nível fundamental;
- Exercitar a regência em História com alunos do Ensino Fundamental

Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dia-logadas, micro-aulas e a regência na escola campo.

Bibliografia Básica:

- 1.FREITAS, L. C. de. **Crítica da organização do trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus, 1995.
- 2.HARPER, Babette et al. **Cuidado, Escola!: desigualdade, domesticação e algumas saídas**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- 3.LIBÂNEO, Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

- 1.MACHADO, N. J. **Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. São Paulo: Cortez, 1995.
- 2.MASETTO, M. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.
- 3.MORAN, J.M.; MASSETO, M. e BERHENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.
- 4.PASSOS, C. M. B. **Didática: breve incursão histórica em busca da identidade**. Forta-leza. 2006. Notas de aula.
- 5._____. **Planejamento: para além do burocratismo**. Fortaleza. 2006. Notas de aula.

PRÁTICA PEDAGÓGICA VI (50hs)

Ementa: História e imagem; utilização de novas linguagens (música, teatro, revistas, literatura, oralidade, iconografia, internet como fonte de pesquisa)

Competências:

- Discutir as novas linguagens de História

- Relacionar música, teatro, revistas, literatura, oralidade, iconografia, internet como fonte de pesquisa no ensino de História

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia.

Bibliografia Básica:

- 1.CATELLI; Junior, Roberto. **Temas e linguagens da História: ferramentas para a sala de aula no ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2009 (Coleção pensamento e ação na sala de aula).
- 2.PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. 2 ed; Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- 3.CASTELO BRANCO; Edwar de Alencar e NASCIMENTO, Francisco Alcides do, **História: cultura, sociedade, cidade**. Âurea Paz Pinheiro (orgs). Recife: Bagaço, 2005.

Bibliografia Complementar:

- 1.CADIOU; François. **Como se faz a História: Historiografia, método e pesquisa/...** [et al.]; tradução de Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- 2.VAINFAS, Ciro Flamarion, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia** (orgs). Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- 3.BITTENCOURT, Circe (org). **O saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: contexto, 2002.
- 4.. _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- 5.CAIMI, Flávia Eloisa. **Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?** Anos 90, porto Alegre, v.15, n 28, p. 129-150, dez. 2008.

Disciplinas do 7º Semestre

HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA ÁSIA (60hs)

Ementa: A África como objeto de Estudo; O continente e sua geografia; Política, religião e economia: a África Saariana e a expansão do Islã; Escravidão, comércio trans/intercontinental: homens e mercadorias; O fim do tráfico de escravos; O contexto africano no séc. XIX; Ocupação europeia e resistência; Os diferentes colonialismos; Ideologias anticoloniais: pan-africanismo e negritude; Os nacionalismo africanos e a descolonização; As independências; A África atual; Ensino de História da África (lei 10.639/03); Tópicos de História da Ásia;

Competências:

- Analisar os diferentes discursos historiográficos construídos em torno do continente africano;
- Compreender a história africana e seus desdobramentos no tempo presente;
- Fomentar a prática de ensino da história da África e sua intersecção na cultura brasileira, tendo como base uma exigência legal(LDB).
- Aprofundar conhecimentos acerca da realidade histórica da Ásia e suas possíveis inter-relações com o ocidente nos diferentes campos (cultura, História e demais)

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e demais recursos.

Bibliografia Básica:

- 1.APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- 2.KI-ZERBO, J. (org.). **Coleção História Geral da África em português**. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010.

3. SEGRILLO, Angelo (org). **História Revisionista da Ásia e Outros Ensaio do Laboratório de Estudos da Ásia da USP**. Cenegri Edições, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. COSTA E SILVA, Alberto da. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. 2ª edição Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
2. GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
3. HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
4. YAMASHIRO, José. **Pequena História do Japão**. Editora Herder. São Paulo, 1964.
5. SAID, Edward. **Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Rosaura Eichenberg. Coleção Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONOGRAFIA I (60hs)

Ementa: Análise da teoria e metodologia: coleta e análise de dados relacionada ao tema monografia; Estrutura lógica da monografia e orientação do desenvolvimento de capítulo monográficos.

Competências:

- Refletir na construção teórica, metodológica e estrutural da pesquisa monográfica;
- Planejar e desenvolver a pesquisa monográfica, utilizando o conteúdo do ensino de História em acordo com os objetivos definidos no projeto de pesquisa;
- Utilizar adequadamente conceitos, princípios e teorias na organização da expressão oral e escrita;
- Formatar a estrutura de capítulos da monografia;
- Discutir as fontes pesquisadas para construção do trabalho monográfico.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratório de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

- 1.BURKE, Peter. **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- 2.CARDOSO, Ciro Flammarion e BRIGNOLI, Hector Pérez. **Os Métodos da História. Introdução aos problemas, Métodos e Técnicas da História demográfica, econômica e social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1975.
- 3.CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne, SANTAMARIA, Yes. **Como se faz História – Historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

- 1.FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva 2001.
- 2.MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- 3.PINSKY, Carla Bassanezi (Org) **Fontes Históricas**. São Paulo: contexto, 2004.
- 4.REIS, José Carlos. **Escola de Annales. A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- 5.TUPY, Ismênia S. Silveira; SAMARA, Eni de Mesquita. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Col. História & Reflexões).

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II (90hs)

Ementa: Panorama das transformações e acontecimentos que constituíram e constituem a Era Contemporânea, atravessando as catástrofes, as revoluções, os traumas, como também as produções culturais. Problematicarão das bases da Era Moderna e as novas configurações do globo que dizem respeito a pós-

Modernidade. Articulação da unidade e centralização, à fragmentação e multiplicidades de caminhos políticos, culturais e de organização do social.

Competências:

- Problematizar a Era Contemporânea sob o impacto da modernidade, da ocidentalização, de suas contradições e de seu projeto de superação.
- Analisar as configurações globais (guerras e movimentos sociais) constituídas no decorrer do século XX na perspectiva da unidade e suas reações à fragmentação.
- Discutir os movimentos de contestação pós- segunda Guerra identificando seus avanços e limites.
- Analisar o conflito de ideologias presentes no contexto da Guerra Fria e os motivos que proporcionaram o esfacelamento de URSS.
- Apreciar as novas sensibilidades do final do século XX e início do século XXI, oriundas da passagem do segundo modernismo para o pós-modernismo (globalização, Era Digital e os novos movimentos sociais).

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratório de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
2. EKSTEINS, Modris. **Ritos de Guerra. In: A sagração da Primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
3. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

Bibliografia Complementar:

1. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 1992.
2. BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1999.
3. FRIEDMAN, Thomas. **O mundo é Plano: o mundo globalizado no século XXI**. Rio de Janeiro: objetiva, 2009.
4. MAGNOLI, Demétrio (org). **História das guerras**. São Paulo: contexto, 2006.
5. BEY, Hakim. **Caos: terrorismo poético e outros crimes exemplares**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (100hs)

Ementa: Estudo da LDB e diretrizes curriculares nacionais relativos a 8º e 9º anos do ensino fundamental; planejamento e regência de classe nessas séries.

Competências:

- Construir uma base teórico- metodológica que assegure ao futuro-professor de história do ensino fundamental, elementos necessários para sua prática docente.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
2. _____(org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: contexto

3. CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico- compreensiva artigo a artigo**. Rio de Janeiro: vozes,1998.

Bibliografia Complementar:

1. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes curriculares nacionais: Secretaria de educação Fundamental.
2. FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. 6ª ed. São Paulo: papairos, 2001.
3. _____. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. São Paulo: papairos, 2003.
4. KARNAL, Leandro (org). **História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

PRÁTICA PEDAGÓGICA VII (50hs)

Ementa: Discussão em sala a respeito da legislação vigente a respeito do Ensino de História no ensino fundamental e ensino médio e elaboração de pesquisas acerca do ensino nas escolas públicas no Estado do Piauí; socialização entre acadêmico de história e professores do ensino fundamental e ensino médio a respeito da teoria e metodologia no ensino de História.

Competências:

- Refletir sobre o ensino de História tanto no ensino fundamental e médio, proporcionando uma pesquisa sobre o ensino nas escolas públicas no Estado do Piauí;
- Analisar a estrutura curricular tanto do ensino fundamental como ensino médio;
- Verificar as abordagens de ensino de história na escola pública;
- Refletir o ambiente escolar das unidades públicas do Estado;
- Desenvolver métodos e instrumentos de ensino que contribuam para minimizar as deficiências do processo ensino-aprendizagem.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. ARANHA, Maria Lúcia de Aruuda. **História da Educação e da pedagogia** – Geral e Brasil. Ed. São Paulo: Moderna, 2026.
2. BITTENCOURT, Circe (org), **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: contexto, 1997.
3. CABRINI, Conceição (org). **Ensino de História – Revisão Urgente**. São Paulo: Educ-INEP, 2000.

Bibliografia Complementar:

- 1.KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula**. São Paulo: contexto, 2003.
- 2.MARTINS, Maria do Carmo. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: Edusp, 2002.
- 3.ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: vozes, 2003.
- 4.SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: editora Scipione, 2004. (coleção pensamento e Ação no Magistério).
5. VILLALTA, Luis Carlos. **O ensino de História e metodologia da investigação**. Caderno do professor. Belo Horizonte: secretaria de Estado de Educação/ Centro de Referência do professor, 1998.

Disciplinas do 8º Semestre

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (200hs)

Ementa: Estudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB e Programas Curriculares Nacionais - PCN para a área de História, Análises dos

programas relativos ao ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª Séries); planejamento e regência de classe nestas séries e acompanhamento dos discentes nas Unidades Escolares conveniadas pela DAP para a aplicação da disciplina em discussão.

Competências:

- Vivenciar e compreender algumas etapas da prática docente no ensino de história a partir da experiência no Estágio Curricular Supervisionado em sala de aula;
- Trabalhar, discutir e distinguir o uso de diferentes recursos e aportes metodológicos na prática do ensino e da pesquisa em história em sala de aula no Ensino Médio;
- Acompanhamento do professor orientador da disciplina as escolas, onde os discentes estão desenvolvendo a prática pedagógica.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, as escolas conveniadas pelo DAP para aplicação da disciplina em discussão e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei 9394/96.
2. BALDIN, Nelma. **A História dentro e fora da escola**. Florianópolis: UFSC, 1989.
3. BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

Bibliografia Complementar:

1. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

2. BITTENCOURT, Circe (org). **O saber histórico na sala de aula**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2005.
3. FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Pa-pirus, 2003.
4. HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Dongley. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
5. KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONOGRAFIA II (60hs)

Ementa: Produção e apresentação (defesa) do texto monográfico.

Competências:

- Orientação sobre os prazos, os procedimentos de depósito e da defesa monográfica conforme edital.
- Discutir os estudos e pesquisas em andamento;
- Orientar sobre a escrita final e a defesa monográfica;
- Realizar a escrita da monografia.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, locais de pesquisa eleitos pelos discentes para a realização de seu trabalho monográfico e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **Um leque que Respira: a questão do objeto em História**. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (org). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.
2. CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

3. DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Bibliografia Complementar:

1. ECO, Humberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
2. MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
3. PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: contexto, 2005.
4. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.
5. TAKESHY, Tashizawa; MENDES, Gildásio. **Como Fazer Monografia na Prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LIBRAS (60hs)

Ementa: Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o artigo 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2002. Percepção cognitiva da comunicação. Comunicação visu-al. Língua Brasileira de Sinais.

Competências:

- Compreender a linguagem brasileira de sinais;
- Entender os significados básicos da linguagem brasileira de sinais.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. Entender os significados básicos da linguagem brasileira de sinais;
2. PIMENTA, N. **Curso de libras**. 4ed. Rio de Janeiro: LSB, 2010.

3. FELIPE, T. A. **Libras em contexto: curso básico: livro do estudante**. Rio de Janeiro: Walprint, 2007.

Bibliografia Complementar:

1. PIMENTA, N. **Curso de LIBRAS: básico**. 1ed. Rio de Janeiro: LSB, 2009.
2. ZORZI, J. L. **Linguagem e desenvolvimento cognitivo**. Sao Paulo: Pancast, 1994.
3. ZORZI, J. L. **PROC protocolo de observação comportamental: avaliação de linguagem e aspectos cognitivos infantis**. Sao Jose dos Campos: Pulso, 2004.
4. ISSLER, S. **Articulação e linguagem: avaliação e diagnostico fonoaudiólogo**. 3ed. Sao Paulo: Editora Lovise, 1996.
5. PAVONE, S. **Audição, voz e linguagem: a clinica e o sujeito**. Sao Paulo: Cortez, 2005.

PRÁTICA PEDAGÓGICA VIII (50hs)

Ementa: A pesquisa e o ensino de História do Piauí no cenário estadual e sua contribuição para a prática docente como professor e como pesquisador.

Competências:

- Compreender a importância da relação entre ensino e pesquisa durante a prática docente em História;
- Analisar o ensino de História do Piauí, destacando as condições da atuação docente e suas repercussões na (re)construção da identidade cultural piauiense;
- Identificar nos livros didáticos a relevância e a aplicabilidade dos conteúdos de História do Piauí.
- Averiguar a efetivação da lei 5.359/2003 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História do Piauí nas escolas públicas estaduais.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

1. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
2. FERRO, Maria do Amparo Borges (org.). **Educação: saberes e práticas**. Teresina, EDUFPI, 2002.
3. FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino em história**. São Paulo: Papirus, 2003.

Bibliografia Complementar:

1. KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
2. MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
3. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Con-texto, 2009.
4. RIBEIRO, Luis Távora Furtado (org.). **Temas educacionais: uma coletânea de artigos**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
5. SELBACH, Simone (org.). **História e Didática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

7 METODOLOGIA

A proposta metodológica definida, para o curso de Licenciatura Plena em História considera os seguintes parâmetros para ensinar e o aprender:

- promoção da articulação entre teoria e a prática;
- aproximação entre o conhecimento, o aluno, a realidade e o mundo do trabalho onde ele se insere;

- a apropriação de competências duráveis sob forma de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes gerais e específicos;
- transposição do conhecimento para as variadas situações da vida e da prática profissional.

A proposta metodológica centra-se nos princípios pedagógicos do fazer e aprender, determinando a utilização de estratégias, atividades e tecnologias que permitam ao aluno mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho.

7.1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é realizado através da transmissão de conteúdos teóricos para orientação técnica sobre metodologia da pesquisa, seguindo reelaboração de projetos de pesquisa, bem como através de acompanhamento e orientação durante a elaboração, não apenas do projeto, como também do TCC. Neste Currículo o TCC está distribuído nos seguintes blocos: V - Iniciação a Pesquisa Histórica 45H; VI – Métodos e Técnicas de Pesquisa em História 75H; VII - Monografia I 60H; VIII – Monografia II 60H.

A apresentação do trabalho monográfico é regulamentada através de resolução CEPEX nº 0014/2012 1 e tem por objetivo o exercício pedagógico concentrado para que o aluno exiba suas habilidades e competências obtidas ao longo de sua formação, além da contribuição confiável e relevante a comunidade científica, com propostas alternativas, primando pelo ineditismo no questionamento e no avanço dos estudos do conhecimento histórico e das ciências sociais em geral.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE estabelece regras complementares, anualmente visando o disciplinamento de prazos de elaboração e entrega dos trabalhos destinados a organização da turma concluinte e de turma especial, que são regulamentadas através de expedição

de resolução pela coordenação do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo fixado pela Coordenação do Curso, alinhado as linhas de pesquisas institucionais.

7.2. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado, com regulamento próprio Lei nº 11.788/2008 é componente curricular obrigatório possibilitando aos discentes experimentarem o cotidiano da docência, nas suas variadas vertentes, sob a supervisão de profissionais capacitados. o exercício da docência e as outras atividades ligadas ao ambiente escolar, tais como, diagnóstico escolar, participação nas reuniões de planejamento, projeto pedagógico da escola, observações de aulas, preparação de planos de ensino e planos de aula etc. Esta é a ocasião para se desenvolver competências e habilidades exigidas na prática profissional, tais como o diagnóstico escolar, planejamento pedagógico, feitura de planos de ensino e planos de aula, especialmente no que se refere à docência em história.

O Estágio é realizado em instituições conveniadas pelo DAP. Está estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria aprovada pelo conselho de curso. É exigida a supervisão das atividades e a elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados a coordenação de curso para avaliação pertinente.

O estágio curricular supervisionado de ensino, que é o momento de formação em que os alunos efetivam, sob supervisão de profissionais experientes da escola e do curso de Licenciatura em História, o exercício da docência e as outras atividades ligadas ao ambiente escolar, tais como, diagnósticos escolar, participação nas reuniões de planejamento, projeto pedagógico da escola, observações de aulas, preparação de planos de ensino e planos de aula. Esta é a ocasião para desenvolver competências e habilidades exigidas na prática profissional, especialmente no que se refere a docência de História.

O Estágio Supervisionado I consiste na análise dos programas relativos

às 6ª e 7ª séries do Ensino Fundamental e do planejamento e regência de classe nestas séries; o Estágio Supervisionado II abrangerá essas mesmas atividades, mas relativas às 8ª e 9ª séries do Ensino Fundamental; já Estágio Supervisionado III envolverá as mesmas atividades, referentes, porém, às 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

As atividades dessas disciplinas são distribuídas em dois momentos, o primeiro reservado para as discussões teórico-metodológicas e o segundo para a prática nas escolas, sendo assim distribuídas:

DISCIPLINAS	DISCUSSÃO	PRÁTICA
	TÉORICO-METODOLÓGICA	
Estágio Supervisionado I	30 HORAS	70 HORAS
Estágio Supervisionado II	30 HORAS	70 HORAS
Estágio Supervisionado III	60 HORAS	140 HORAS

7.3. Atividades complementares

As atividades complementares do curso de Licenciatura Plena em História valorizam conhecimentos básicos nos eixos das ciências sociais, humanas e econômicas, incentivando a realização da atividade extracurricular e científico-culturais na formação do profissional de História. Possui regulamento próprio resolução CEPEX Nº 033/2012 E Resolução CEPEX 028/2011 que prioriza a diversidade de atividades e as formas de aproveitamento.

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementares do perfil do formando possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes transversais opcionais de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto a comunidade. A realização de atividades

complementares não e confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades complementares são realizadas mediante a programação de cursos, seminários e atividades de orientação a população, inserindo-se na realidade sócio educacional de Campo Maior e regiões circunvizinhas. A organização curricular do curso de graduação em História da UESPI cria condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico seriado semestral.

7.4. Prática como Componente Curricular

A discussão da prática como componente curricular vai se construir na prática desenvolvida pelos agentes sociais, presentes nas instituições educacionais ao colocar o currículo pretendido em ação, constituindo-se, portanto, em uma construção histórica.

De acordo com a resolução nº 2 de 1º de Julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciaturas, cursos de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada art. 1, inciso I, os cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior devem ter no mínimo 400 horas de prática como componente curricular.

Faz-se necessário, entender que a prática como componente curricular visando a formação do professor não se restringe apenas na discussão entre a teoria e a prática, mas em um processo mais amplo onde o professor além de saber e de saber fazer, de compreender o que faz, como institui o CNE/CP9/2001

ART. 12 Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todos serão a sua dimensão prática.

Assim, dentro da Matriz Curricular do Curso de História, a prática como componente Curricular aparece distribuída da seguinte maneira. Práticas pedagógicas I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII em todos os blocos, com carga horária de 50hs somando um total de 400hs.

8. INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

8.1. Política de ensino no âmbito do curso

Tomando por referência a política de ensino constante no PDI da UESPI e a política educacional brasileira, o curso de licenciatura Plena em História elege prioridade a formação profissional decorrente das demandas sociais e regionais e das necessidades do mercado de trabalho.

A articulação entre as dimensões sociais, ética, cultural, tecnológica e profissional o desenvolvimento do ensino no âmbito do curso privilegia o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, imprimindo um significado universal as competências desenvolvidas, pressuposto:

- a) a análise dos impactos sociais, políticos e culturais na conformação e continuidade das diferentes espécies de vida em função das condições em que se dá a ocupação dos espaços físicos, levando a compreensão da complexa relação homem-meio ambiente;
- b) a aplicação das inovações tecnológicas, entendendo-se no contexto dos processos de produção e de desenvolvimento da vida social e do conhecimento;
- c) a atenção para os interesses sociais, sobretudo, no que diz respeito a constituição da vida cidadã, através do acompanhamento das

continuas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais regionais e globais.

Desses pressupostos resulta claro que a estruturação e o desenvolvimento do ensino no curso elegem como eixo curricular a consolidação da formação técnico-profissional, voltando-se o ensino para:

- a) o desenvolvimento de competências – valores, conhecimentos, habilidades e atitudes – essenciais a melhoria da qualidade de vida da população;
- b) a integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção;
- c) a constituição do ser pessoa, cidadão e profissional.

Sob a ótica da organização didática do curso de Licenciatura Plena em História, prioriza-se:

- a) a articulação teoria/prática ao longo do curso, constituindo a possibilidade do fazer e aprender;
- b) a interdisciplinaridade promovendo um constante dialogo entre as várias áreas do conhecimento e permitido estabelecer relações, identificar contradições e compreender a realidade nas perspectivas de uma nova divisão social e técnica do trabalho;
- c) a diversificação e flexibilidade do currículo, das atividades acadêmicas e de oferta, articuladas a autonomia e medidas por um processo de avaliação e de atendimento as diferenças;
- d) a formação integrada à realidade, trazendo para o aluno a educação continuada como expressão da permanente atitude de curiosidade diante dos fatos e fenômenos.

8.2. Política de Extensão no âmbito do curso

A UESPI mantém atividades de extensão, indissociadas do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos. São consideradas atividades de extensão:

I – Eventos culturais, técnicos e científicos;

- II – Cursos de extensão;
- III – Projetos de atendimento a comunidade;
- IV – Assessorias e consultorias;
- V- Publicações de interesse acadêmico e cultural.

A política de extensão no âmbito do curso de Licenciatura Plena em História é desenvolvida por meio de ações voltadas para a sociedade compreendendo um número diversificado de atividades que possibilitem ao aluno ampliar o processo educativo para ações que vão além dos muros da Universidade, estimulando o estudante a ser agente na produção do conhecimento.

As atividades de extensão envolvem serviços prestados à comunidade estabelecendo uma relação de troca e uma forma de comunicação entre a universidade e a sociedade. São atividades que ocorrem integradas às atividades de ensino e de pesquisa. A extensão está vinculada a desenvolver possibilidades de integração entre conteúdo das disciplinas e atividades extraclasse.

8.3. Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A UESPI compreende que o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão deva se realizar de forma articulada, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural, posicionando-se também como orientação e suporte às atividades de ensino e de extensão.

A UESPI elegeu como princípio para a implementação da pesquisa o estreitamento das relações da comunidade acadêmica com os processos da investigação científica, objetivando buscar respostas aos problemas da realidade na perspectiva da transformação social. Essa compreensão é necessária para a construção do conhecimento no âmbito dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UESPI.

A construção do conhecimento valorizadas pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da IES é garantida pelos Projetos

Pedagógicos dos Cursos da UESPI, tendo como diretriz a iniciação científica o mais precocemente possível. Os alunos iniciam a aproximação com os conhecimentos sobre a pesquisa, culminando, quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que, preferencialmente, devem ser vinculados às linhas de pesquisa institucionais.

Os alunos da UESPI são formados para pensar além das suas vidas cotidianas, considerando que o conhecimento científico proporciona um embasamento para refletir sobre as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade, influenciando em suas decisões e auxiliando na construção de sua identidade profissional.

A UESPI, define suas linhas de pesquisa que, institucionalmente, direcionam e orientam os projetos/trabalhos de pesquisa, assim como toda a produção científica, incluindo os trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso de graduação que, em geral, devem inserir-se, **preferencialmente**, nessas linhas de pesquisa. As linhas de pesquisas estabelecidas pelo colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História para o curso, são as seguintes:

- História, Psiquiatria e Violência;
- História, Arte, Contracultura e produção de subjetividades;
- História, Cultura, literatura e intelectuais;
- História, Imprensa e Literatura;
- História, Escravidão e Tráfico escravo.
- História, Política e movimentos sociais;
- História, Biografia, Memória e Criminalidade;
- História, Gênero e Imprensa

Para fomentar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI, são desenvolvidas as seguintes ações:

a) oferta aos professores de incentivos como: bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento; auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários,

simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais; cursos de treinamento e atualização profissional; e divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;

b) articulação de parcerias de cooperação interinstitucional, considerando a necessidade de pesquisa e publicação, a qualificação de pessoal e o intercâmbio científico-cultural, através: do intercâmbio de pesquisadores e de professores; da organização de cursos, conferências, seminários e outras atividades de caráter acadêmico e científico; do intercâmbio de informação e de publicações pertinentes para os objetivos estabelecidos;

c) implementação e execução do Plano de Capacitação Docente, na busca de promover a qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão da UESPI, por meio de cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A gestão e organização das pesquisas desenvolvidas são realizadas a partir: do planejamento institucional anual de trabalho; dos editais de pesquisa e de iniciação científica; de critérios e rotinas para os trâmites relacionados à formação, cadastro e certificação dos grupos de pesquisa; e dos seminários mobilizadores e organizadores de todo o processo.

9. POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE

9.1. Monitoria de ensino

A Monitoria consiste na execução de um projeto elaborado pelo professor responsável, envolvendo atividades de caráter pedagógico a serem desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina, visando à valorização da participação do aluno em atividades teórico-práticas, ao desenvolvimento de habilidades relacionada a atividades docentes, bem como

à superação de dificuldades de aprendizado. Dessa forma, a monitoria é um programa que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação da UESPI tem como finalidade estimular a produção intelectual e científica, contribuindo para o despertar do interesse do aluno na atividade docente, através do aproveitamento do conteúdo obtido em sua formação acadêmica. A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor. São considerados objetivos da monitoria:

- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino;
- Promover a cooperação entre professores e alunos;
- Dinamizar as ações didático-pedagógicas, envolvendo os alunos na operacionalização das ações cotidianas relacionadas ao ensino-aprendizagem da UESPI;
- Estimular à iniciação à docência

9.2 Programa de Nivelamento

A UESPI implantará um Programa de Nivelamento apoiado nas ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs fomentadas pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD. Esse Programa tem previsão de implantação para a capacitação nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

A UESPI entende que um programa de nivelamento deve ser compromissado com a realidade social, deve compreender as relações entre o nivelamento dos conceitos básicos para que o discente possa ter um bom desempenho acadêmico e deve levar em consideração o atual processo de ensino-aprendizagem vislumbrado em nosso país, buscando construir uma educação superior de qualidade.

Assim, consideramos fundamental uma revisão dos esquemas tradicionais implementados ao ensino, em detrimento da formação de profissionais com competência técnica e politicamente comprometida com os problemas sociais. Essa reorientação metodológica também se faz necessária diante do atual contexto histórico social, econômico e cultural brasileiro.

A partir dessa postura reflexiva, buscaram-se oportunidades para que o ensino se redirecione, desvinculando-se de uma perspectiva tradicional, orientando-se para uma prática interdisciplinar na formação de uma comunidade engajada na solução de suas dificuldades de aprendizagem. Salientamos que não basta agregar o nivelamento às ações de ensino dos cursos de graduação da UESPI: é necessária a sedimentação do processo de nivelamento como articulador entre o ensino, a extensão e a comunidade acadêmica.

9.3 Regime de Atendimento Domiciliar

De acordo com o Regimento Geral da UESPI, o Regime de Atendimento Domiciliar poderá ser concedido ao aluno, regularmente matriculado, sendo caracterizado pela execução, pelo discente, em seu domicílio, de atividades prescritas e orientadas. A partir da consolidação do Núcleo de Educação a Distância da UESPI, esse atendimento deverá ocorrer preferencialmente no AVA-MOODLE UESPI

9.4 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)

Para mediação de situações conflitantes entre alunos e professores, alunos e alunos, a UESPI mantém o NAPPS articulado com as coordenações de curso e com as Direções de Campi da IES. No CCS o NAPPS está estruturado de forma a atender os Campus Poeta Torquato Neto e Clóvis Moura. É constituído por uma secretária, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga. No campus Heróis do Jenipapo, quando necessário, realiza-se a solicitação dos profissionais do NAPPS que, de forma integrada ao campus, fazem o atendimento e acompanhamento da demanda.

9.5 Ouvidoria

A UESPI mantém em funcionamento permanente a Ouvidoria online. O aluno possui a funcionalidade de acessar a ouvidoria pelo aluno online e sugerir, criticar, elogiar, enfim, opinar sobre as questões pertinentes possuindo, assim, mais uma forma de apoio dentro da IES.

Para atendimento às questões emergentes no campus e às relacionadas especificamente ao curso, a primeira instância para reclamações, sugestões e demais solicitações é o colegiado do curso. Em segunda instância, caso seja necessário, encaminha-se ao conselho do campus como forma de estabelecer um espaço de escuta e atendimento às reivindicações.

9.6 Auxílio Moradia e Alimentação

A Política de Assistência Estudantil na UESPI contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos nos cursos de graduação, disponibilizando auxílio financeiro por meio de programas específicos, atendendo em especial os nossos estudantes mais carentes, considerando para isto, o perfil socioeconômico. Os principais programas implantados na UESPI são:

- *Bolsa-Trabalho*: oferece aos discentes, a oportunidade de complementação de recursos financeiros para permanência na UESPI, possibilita experiência profissional e contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética no serviço público.
- *Auxílio-Moradia*: complementação financeira para suprir despesas com moradia aos discentes que residem em município diferente daqueles em que estão matriculados
- *Auxílio-transporte*: possibilita aos discentes selecionados que residem em outro município ou localidade (zona rural), aquisição de complementação financeira para custear despesas com deslocamento diário até a cidade em que estão regularmente matriculados.
- *Auxílio-Alimentação*: tem como objetivo prover uma refeição diária durante todo o Período Letivo ao discente que comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a UESPI mantém convênios com diversas instituições e empresas públicas e privadas, possibilitando a realização de estágios extracurriculares, como forma de melhorar a formação acadêmica de nossos estudantes e contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.

10. CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO

10.1. Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho

Relaciona-se no quadro abaixo, em ordem alfabética, o corpo docente do Curso de Licenciatura Plena em História da UESPI – Campo Maior , com as respectivas titulações, responsabilidades por disciplinas, regime de trabalho.

Nome do Docente	Formação	Titulação	R.T.	Disciplinas
Carla Daniela Alves Rodrigues	História	Mestre	40hs	Prática Pedagógica VIII (50hs)
				História Antiga (90hs)
Edmundo Ximenes Rodrigues Neto	História	Mestre	D.E.	Docente afastado de suas funções para cursar doutorado na UFPI.
Ernani José Brandão Junior	História	Mestre	TI – 40h	Monografia III (90hs)
				História Contemporânea II (90hs)
Fábio Nadson B. Mascarenhas	História	Mestre	D.E.	Introdução aos Estudos Históricos (90hs) Prática Pedagógica V (50hs)
Felipe da Cunha Lopes	História	Mestre	D.E.	Estágio Supervisionado III (200hs)

				Iniciação a pesquisa (45hs)
Iraneide Soares da Silva	História	Mestre	TI – 40h	Docente afastado de suas funções para cursar doutorado na UFU.
José de Arimatea F. Aguiar Junior	História	Mestre	TI – 40h	História do Piauí (90hs) Prática Pedagógica I (50hs)
Mara Lígia Fernandes Costa	História	Mestre	TI – 40h	Docente afastado de suas funções para cursar doutorado na UFPE.
Reinaldo dos Santos Barroso Junior	História	Mestre	TI – 40h	História da Ásia e da África (60hs) História do Brasil Monárquico (90hs)
Vanessa Soares Negreiros Farias	História	Mestre	TI – 40h	Monografia I (60hs) Metodologia do Ensino de História (60hs)

10.2. Política de Apoio ao Docente

10.2.1. Plano de Carreira Docente

O Plano de Carreira Docente da UESPI disciplina o ingresso, a progressão funcional, a política de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações dos docentes, estando devidamente registrado e homologado na Delegacia Regional do Trabalho em Floriano, na forma das exigências legais.

A contratação do pessoal docente é feita mediante a solicitação da Coordenaria de Curso a partir da comprovação de necessidade, respeitada a

legislação vigente, através de processo seletivo, sendo seu enquadramento funcional realizado conforme previsto no Plano de Carreira Docente.

O Plano de Cargos e Salários e Carreira Docente da UESPI foi deliberado em reunião do CONSUP-Conselho Superior em 13 de fevereiro de 2009. Ainda em 2012, o Plano de Carreira do Pessoal Docente foi protocolizado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego do Piauí. Após essa protocolização, o Ministério sugeriu alguns ajustes que foram prontamente realizados. O Plano de Cargos e Salários e Carreira Docente da UESPI, foi aprovado e publicado no Diário Oficial do Estado de 28 de agosto de 2013, número 163, Lei 6.402 de 28 de agosto de 2013.

10.2.2. Plano de capacitação docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional;
- oficinas de capacitação docente;
- cursos de extensão.

São oferecidos aos professores, dentre outros, incentivos como:

- bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização;
- auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
- cursos de treinamento e atualização profissional;
- divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.

10.2.3. Política de acompanhamento do docente

A Coordenadoria do Curso disponibiliza o apoio operacional e didático-pedagógico aos docentes do curso. Neste sentido, o Coordenador articula-se com todos os professores, incentivando-os e apoiando-os em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmica favorável à consolidação das diretrizes curriculares e do projeto do curso e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

11. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

11.1. Coordenadoria de Curso

Nome do Coordenador: Fábio Nadson Bezerra Mascarenhas

Titulação: Mestre em História do Brasil

Tempo de experiência profissional no ensino superior: 04 anos

Tempo de experiência profissional relevante na área profissional do curso: 16 anos

11.2. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso, órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação, é constituído dos seguintes membros:

I - Diretor do Centro/Campus

II - Coordenador de Curso;

III - Professores que ministram disciplinas no Curso; e

IV - Um (1) representante do corpo discente do curso, escolhido pelos alunos do curso, com mandato de um (1) ano, admitida uma recondução por igual período e cumpridas as exigências do Parágrafo único do Art. 7º deste Regimento.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor Acadêmico ou pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da UESPI e com as presentes normas regimentais;

II - Pronunciar-se quanto à organização pedagógica-didática dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;

III - Apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática intradisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;

IV - Analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;

V - Inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (Provão) e Avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistas aos procedimentos acadêmicos;

VI - Analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP.

11.3. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por:

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE CONTRATAÇÃO
Fábio Nadson B. Mascarenhas	Mestre	D.E
Felipe da Cunha Lopes	Mestre	D.E
Ernani José Brandão Junior	Mestre	TI-40h
Vanessa Soares Negreiros Farias	Mestre	TI-40h
Reinaldo dos Santos Barroso Junior	Mestre	TI-40h

12. ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO

12.1. Infraestrutura física e de recursos materiais

Descrição da infraestrutura física destinada ao curso, incluindo coordenação, secretaria acadêmica, espaços, equipamentos instalados e infraestrutura de informática.

12.1.1 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica do campus Heróis do Jenipapo, possui metragem total de 83,20m², boa iluminação e acústica, ar condicionado, wi-fi e é diariamente higienizada por equipe terceirizada de limpeza. O ambiente é adequadamente mobiliado e equipado, com data show, telefone, armários e mesas individuais por coordenadores de curso. Cada mesa contém cadeira acolchoada e computador individual conectado em rede a impressoras a laser.

A coordenação conta com assistentes acadêmicos que dão suporte, fazem a recepção dos discentes/visitantes, preparam a agenda de atendimento dos coordenadores e auxiliam na organização de documentos relacionados aos cursos.

A secretaria possui espaços destinados à Direção do Campus, serviços de atendimento a comunidade interna e externa no âmbito dos registros

acadêmicos, expedição e arquivamento de documentos e serviços de reprografia e protocolo. O ambiente possui boa iluminação e acústica. O Setor apresenta arquivo fixo para acondicionamento dos documentos acadêmicos. A Sala da Coordenação dos Cursos Superiores e de Registros Acadêmicos encontram-se no mesmo pavilhão, facilitando a comunicação e a interação dos servidores, bem como o bom andamento das atividades.

12.1.2 Biblioteca

O acervo bibliográfico atual da UESPI atende plenamente às exigências definidas pelo MEC. A biblioteca dispõe de 4.538 exemplares, com 4.499 livros, 10 dicionários, 07 atlas, 04 catálogos, 12 manuais, 06 guias. Desse total, 468 exemplares são da área de História. A biblioteca possui um bibliotecário responsável, três auxiliares de biblioteca e 1 estagiário para o suporte pessoal ao seu funcionamento. O horário de funcionamento é das 08h às 22h de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 08h às 12h e das 14h às 17h, sendo aberta a comunidade. O acervo é renovado a cada semestre de acordo com o colegiado de cada curso solicitado pelos coordenadores e professores. O ambiente é climatizado e possui acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

No tocante à hemeroteca, a UESPI mantém assinatura de periódicos de informação geral nacional, além de coleções de publicações especializadas. O acervo é integrado, também, por vídeos educacionais, culturais e científicos. A biblioteca disponibiliza ainda aos alunos e professores um acervo de software apropriado às disciplinas específicas dos cursos oferecidos.

Desta forma, para atender o curso de Licenciatura em Plena em História, o acervo inicial da biblioteca será constituído pelos seguintes materiais:

- livros indicados como bibliografia básica e complementar das disciplinas dos dois primeiros anos do curso de História;
- obras de referência, periódicos nacionais e internacionais impressos e digitais;
- DVDs e softwares de História e áreas afins;

- revistas de atualidades e jornais de circulação estadual e nacional.

O acervo inicial de periódicos para o Curso de História, com assinatura em formato impresso e on-line de revistas nacionais e internacionais

A biblioteca da UESPI dispõe de área total de 164,81m², distribuída em:

- Área do acervo bibliográfico com acesso livre aos alunos;
- Balcão com 02 (dois) terminais de consulta ao acervo;
- Balcão com 01 (um) terminais de auto empréstimo;
- 06 (seis) mesas para estudo coletivo.

O ambiente é climatizado, com boa iluminação natural e artificial. O acervo está informatizado – acervo, empréstimo e aquisição –, e está disponível para seus usuários com as seguintes facilidades:

- Acervo eletrônico (DVD – CD/ROM);
- Controle de movimentação de acervo (empréstimo/consultas/cobrança) com relatórios estatísticos;
- Integração com a área acadêmico-administrativa, possibilitando o efetivo controle na cobrança de livros não devolvidos;

A biblioteca conta atualmente com os seguintes equipamentos:

- 02 (dois) microcomputadores funcionando como servidor e conectado à Internet;
- 02 (dois) terminais para consulta local do acervo;
- Ambiente totalmente coberto pelo sistema Wi-Fi, gratuito ao aluno.

Para garantir um acervo atualizado e condizente com a demanda de seus cursos, a UESPI se utiliza de três formas de aquisição de material bibliográfico: compra, permuta e doação. Uma verba específica no orçamento da UESPI, com previsão de 2% dos recursos semestrais, é destinada para aquisição de livros, obras de referência, softwares, materiais audiovisuais e assinatura permanente de periódicos dos cursos.

Para as disciplinas que integram cada curso são adquiridos oito títulos, sendo três de natureza básica e cinco de natureza complementar, na proporção de um exemplar para cada grupo de nove alunos. A indicação dos

livros é de responsabilidade dos professores das disciplinas e sua aquisição se dá no semestre que antecede a oferta da disciplina, com exceção do acervo bibliográfico dos quatro primeiros semestres, que por recomendação da SESu/MEC/INEP são adquiridos antes do recebimento da comissão verificadora das condições institucionais existentes para funcionamento do curso, por ser item/indicador da avaliação.

No procedimento de permuta, a biblioteca está integrada a programas de intercâmbio existentes entre bibliotecas e instituições de pesquisa, no âmbito local, regional, nacional e internacional.

No que se refere às doações, a biblioteca investe em campanhas de incentivo de doação de material bibliográfico e audiovisual por professores, alunos, profissionais e instituições da comunidade.

12.1.3 Salas de aula

As salas de aula são bem dimensionadas, climatizadas, de boa iluminação e acústica. Existe ainda uma área com bebedouros. Todas as salas de aula possuem mesa e cadeira acolchoada para o docente, e carteiras individuais para os discentes, quadro branco para pincel e equipamento multimídia de projeção. A higienização é realizada diariamente por equipe terceirizada de limpeza. O ambiente atende a todas as condições de salubridade.

12.1.4 Espaços

O curso de Licenciatura Plena em História possui uma sala destinada aos grupos de estudos ligados as linhas de pesquisa do curso. A sala dos professores, espaço este onde o colegiado do curso se reuni periodicamente, as salas de aula e uma sala destinado a receber futuramente as instalações do laboratório de História com material para serem digitalizados.

13. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro do curso inclui a previsão das receitas e despesas com base nas especificações indicadas nas planilhas de custos constantes do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que estabelece os objetivos e as metas da UESPI pelo período de cinco anos, considerando a Missão, a Visão e os Valores da instituição.

Os recursos financeiros estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA do Governo do Estado do Piauí, cabendo à Pró-reitoria de Planejamento e Finanças - PROPLAN viabilizar a execução orçamentária e financeira da UESPI. Além disso, são realizadas captações de recursos junto aos órgãos do Governo Federal, especialmente no Ministério da Educação – MEC.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários de docentes e de técnico-administrativos da instituição. A remuneração dos professores é definida, conforme o Plano de Carreira Docente, com base na titulação e o regime de trabalho.

Os docentes também podem ser remunerados através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, implementado na UESPI a partir de 2010, fomentando a oferta de Cursos de Educação Superior para os professores em exercício na rede pública de Educação Básica no Estado do Piauí. Essa ação possibilita que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

O curso conta com apoio de alguns programas específicos do governo federal, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) cujos recursos são destinados a promover a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de evasão. Esse programa oferece assistência à alimentação e transporte.

13.1 Plano de Carreira Docente

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Superior da UESPI foi aprovado pela Lei Complementar Estadual nº 61, de 20 de dezembro de 2005 e alterado pela Lei Complementar Estadual nº 124, de 1º de julho de 2009. Nele estão estabelecidas as formas de provimento, os regimes de trabalho, as atribuições, a estrutura das carreiras, as formas de desenvolvimento funcional, deveres, proibições.

A implantação, a coordenação, a supervisão e o controle do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Docentes caberão aos órgãos de deliberação superior, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. Para o preenchimento das vagas de docentes sob o Regime de Dedicação Exclusiva, será obrigatoriamente necessária a observância da disponibilidade orçamentária e financeira do Estado e da UESPI.

A carreira dos docentes da Universidade Estadual do Piauí – UESPI é constituída pelas seguintes classes: Professor Auxiliar (com título de graduação e/ou especialização), Professor Assistente (com título de mestrado), Professor Adjunto (com título de doutor), Professor Associado e Professor Titular.

As classes de Professor Auxiliar, de Professor Assistente, de Professor Adjunto e de Professor Associado são organizadas em quatro níveis crescentes, de I a IV, contemplando todos os Campi da UESPI. A classe de Professor Titular é organizada em nível único.

Os docentes são submetidos preferencialmente ao Regime de Dedicação Exclusiva – DE, havendo também os regimes de trabalho Tempo Integral (TI) 20h e Tempo Parcial (TP) 20h.

A carga horária do professor em Regime de Dedicação Exclusiva é distribuída em dois turnos dedicados exclusivamente à instituição, sendo 16 (dezesseis) horas, obrigatoriamente, destinadas ao ensino, podendo ser reduzido, a critério da Universidade, a 8 (oito) horas, caso esteja executando atividades de pesquisa, devidamente comprovada, e as demais, prioritariamente destinadas à pesquisa, extensão e/ou orientação acadêmica, funções administrativas, devidamente comprovadas.

A carga horária do professor em Tempo Integral (TI – 40 horas) será distribuída em 12 (doze) horas semanais de ensino e 28 (vinte e oito) horas em outras atividades acadêmicas.

A carga horária do professor em Tempo Parcial (TP – 20 horas) será distribuída em 10 (dez) horas semanais de ensino e 10 (dez) horas em outras atividades acadêmicas.

Para acompanhar e supervisionar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Superior da UESPI, a UESPI conta com a Comissão Permanente de Avaliação Docente – CPPD, que tem a finalidade de assessorar o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e a reitoria nos assuntos sobre alteração de regime de trabalho dos docentes, de desempenho para progressão funcional, de desempenho dos docentes em estágio probatório para fins de efetivação, de desempenho dos docentes em regime de dedicação exclusiva, bem como do afastamento dos docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Também desenvolve estudos e análises que permitem subsidiar a fixação, o aperfeiçoamento e a modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos.

É órgão auxiliar da CPPD a Comissão Permanente de Avaliação – CPA, que é instituída pelos centros e campi. Os membros dessa Comissão são professores do quadro efetivo, eleitos por seus pares, cujo processo de eleição é autorizado pelos conselhos de campi e centro.

Quanto à remuneração dos docentes, atualmente ela está estabelecida na Lei Estadual nº 6.402, de 28 de agosto de 2013, que prevê reajuste salarial até novembro/2015.

O ingresso de docente ocorre conforme determina a Constituição Federal, por meio de concurso público de provas e títulos. É o governo do Estado que autoriza a realização do concurso e a nomeação dos aprovados.

Para a nomeação do professor, inicialmente a coordenação de curso solicita ao diretor do Centro/Campi, diante da comprovação da necessidade no quadro dos encargos docentes, que é semestralmente elaborado e encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação – PREG, para análise e homologação. O

enquadramento funcional é feito conforme o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração.

O desenvolvimento funcional dos cargos do magistério se dá por meio de progressão e de promoção. A promoção depende do preenchimento simultâneo das seguintes condições: adequação à data de promoção, na forma estabelecida pelo Conselho Universitário; obtenção do título de mestre, para promoção à classe de Professor Assistente; de doutor, para a promoção à classe de Professor Adjunto. Já a progressão ocorre do nível em que se encontra o docente para outro imediatamente superior dentro da mesma classe.

Os percentuais remuneratórios entre os níveis de cada classe, entre as classes e, ainda, entre os diferentes regimes de trabalho, são preservados por ocasião de definição de reajuste salarial.

Aos Docentes da UESPI aplicam-se as disposições previstas sobre o Regime Disciplinar e sobre o Processo Administrativo Disciplinar da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado.

13.2 Plano de capacitação docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional;
- oficinas de capacitação docente;
- cursos de extensão.

São oferecidos aos professores, dentre outros, incentivos como:

1. bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização;
2. auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
3. cursos de treinamento e atualização profissional;

4. divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.

13.3 Política de acompanhamento do docente

A Coordenadoria do Curso disponibiliza o apoio operacional e didático-pedagógico aos docentes do curso. Nesse sentido, o Coordenador articula-se com todos os professores, incentivando-os e apoiando-os em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmico favorável à consolidação das diretrizes curriculares e do projeto do curso e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

Também o curso participa do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que tem por objetivo estimular a carreira docente nos cursos de licenciatura, através da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX e parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Política de Apoio ao Docente.

14. REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

A representação estudantil é valorizada na UESPI como forma de melhorar a dialogicidade entre a comunidade estudantil e a administração da IES. Só poderão exercer a representação estudantil alunos regularmente matriculados na UESPI. Esse exercício se materializa nos Centros Acadêmicos - CA que se constituem em espaços de discussão, análise e reivindicações. Esses espaços são incentivados e ofertados pela UESPI na forma de salas com a infra-estrutura mínima necessária ao funcionamento do CA.

O exercício de qualquer função de representação estudantil ou dela decorrente não eximirá o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos para integralização do curso.

15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos na UESPI é feito através da avaliação institucional, bem como dos empregadores, quando estes opinam sobre o papel social dos Cursos, o perfil técnico-científico, político e ético do egresso.

A Instituição oferta cursos de pós-graduação e formação continuada e garante aos egressos situações diferenciadas de acesso e permanência, assim como garante o seu acesso à Biblioteca e à participação em palestras e eventos técnico-científicos.

Está sendo, ainda, articulado um Projeto de Extensão Permanente que cria o Fórum Anual de Egressos da UESPI denominado “Filhos da UESPI: onde estão? O que fazem?”

16. AVALIAÇÃO

16.1 Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem escolar está regulamentada pela resolução CEPEX No. 012/2011 e pela Subseção VII do Regimento Geral da UESPI. É feita por disciplina e resguarda a autonomia docente.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, é permitida apenas aos matriculados, naquele curso e disciplina, é obrigatória, sendo vedado, em qualquer circunstância, o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei.

Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência a, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

A verificação da presença com consequente registro da frequência é obrigatória, de responsabilidade do professor, e deve ser realizada no início de cada aula.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas escritas, testes e demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados. As provas escritas visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e, de acordo com o Art. 66 do Regimento da IES deverão:

1. ser em número de duas para as disciplinas com carga horaria inferior a 60H;
2. ser, nas disciplinas com carga horaria igual ou superior a 60H, em número de 3 avaliações.

O exame final realizado após o período letivo regular, isto é, após o cumprimento dos dias letivos semestrais estabelecidos pela legislação em vigor, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e deverá abranger todo o assunto ministrado pelo professor da disciplina ao longo do período letivo.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez).

Ressalvado o disposto na lei, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela utilizar-se de meio fraudulento detectado, seja quando da realização da ação irregular, seja através da sua comprovação a posterior.

Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, pode ser concedida oportunidade de realizar uma Segunda Chamada da avaliação, através de solicitação do interessado, estritamente de acordo com normatização interna, e válida a partir do início das aulas imediatamente subsequente à sua edição.

É permitida a revisão de provas, desde que solicitada pelo interessado, de acordo com os prazos e a forma estabelecida em normatização específica, elaborada pelo CEPEX.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a média final de curso mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas neste Regimento.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno que não for reprovado em menos de três disciplinas do período letivo cursado. O aluno promovido em regime de dependência, ou seja aquele que for reprovado em pelo menos uma e no máximo duas disciplinas de um período letivo, deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas em que foi reprovado, e também, obrigatoriamente, nas disciplinas do período para o qual foi promovido, condicionando-se à matrícula nas disciplinas do novo período à compatibilidade de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos nos artigos anteriores.

Para fins de aprovação na disciplina, observar-se-á o disposto nos Artigos 1o. e 2o. da Resolução CEPEX No. 012/2011 que definem o registro das avaliações em escala de 0 (zero) a 10 (dez), com os seguintes resultados:

1. De 0 a 3,9 – aluno reprovado;
2. De 4 a 6,9 – aluno de exame final;
3. De 7,0 a 10,0 - aluno aprovado por média.

A UESPI adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar. A UESPI, ainda, verificará a cada semestre o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou seja, as avaliações abrangem o conjunto de conhecimentos que está sendo e/ou foi ministrado.

16.2 Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Estadual do Piauí- UESPI está instituída de acordo com o inciso I, parágrafo 2º do art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, validada institucionalmente pela Portaria UESPI No002/2011 sendo composta pelos seguintes membros: Maria Rosário de Fátima Ferreira Batista - Presidente da CPA, Irene Bezerra Batista – Vice-presidente, Osmarina Oliveira da Silva Pires – Titular, Edileusa Maria Lucena Sampaio – Titular, Cleide Maria Arrais Resende – Suplente, Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar- Suplente, Marilene de Oliveira Araújo – Suplente. Representantes dos discentes Maria de Fátima Alves Negreiros e Priscila Silva

Cunha. Representante dos servidores Técnico – Administrativos, Karoline Timóteo de Oliveira e Cassandra Maria Martins Veloso de Carvalho – Representantes da Sociedade Civil; José Francisco Martins Fialho (SINTE), Manoel Rodrigues Lima(CUT).

A UESPI optou pela avaliação institucional anual, processo que permite a tomada de decisão no ajuste de ações visando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Avaliação Institucional está incorporada ao cotidiano da Instituição, de maneira a criar uma cultura de avaliação. Todos os que fazem a UESPI colaboram ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da Instituição.

Dessa forma, todos participam do processo de Avaliação Institucional, dando sua opinião sobre aspectos positivos, negativos, problemas e apontando soluções, de modo a promover um crescente compromisso dos sujeitos envolvidos com o Projeto Institucional da UESPI. Seus objetivos voltam-se basicamente para:

- promover a permanente melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da UESPI.

- aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da UESPI.

- propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas da pesquisa, ensino, extensão e da gestão.

- fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares, a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho.

- propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em História é avaliado pelo MEC nos processos de autorização e reconhecimento, conforme instrumentos e indicadores próprios.

No âmbito da Faculdade, o projeto do curso é avaliado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), desde a sua elaboração até a execução do ciclo completo de formação do profissional, tanto com a análise dos indicadores - avaliação de disciplina, professores, recursos, metodologias, estrutura física, dentre outros – quanto ao produto – desempenho, alcance do perfil pretendido – incluindo também a participação nos processos de auto-avaliação institucional, conforme diretrizes da IES.

16.4 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História da UESPI se articula com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para promover ações decorrentes a auto-avaliação institucional, baseadas no relatório anual da CPA. Além disso, os relatórios gerados pelas Comissões de verificação in loco (avaliação externa) são contemplados com uma análise geral para a criação de ações de saneamento das deficiências apontadas. O desempenho dos alunos no ENADE é balizador de uma série de ações que envolvem:

- Oficinas com coordenadores e NDE dos cursos para atender solicitações de ajustes realizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI).
- Capacitação discente para a compreensão do ENADE realizada pela PREG junto aos cursos que farão ENADE;
- Oficina de capacitação docente para a elaboração de itens no padrão BNI/ENADE realizada pela PREG uma vez por ano.

Dessa forma as ações desenvolvidas como resultado dos processos de avaliação, estão incorporadas ao cotidiano do curso (CPC, ENADE, Avaliação externa e autoavaliação) de uma forma integrada e articulada com a Coordenação de curso, Diretoria e CPA.

16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs

O curso de Licenciatura Plena em História da UESPI entende as TICs como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a UESPI disponibiliza a utilização de Projetores Multimídias para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, computadores com acesso a internet (laboratório de informática e biblioteca), rede wireless, dentre outros.

A UESPI possui, ainda, um Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado no MOODLE, formatado para o desenvolvimento de atividades didáticas dos seus cursos reconhecidos (Portaria 4.059/2004). Para os cursos que ainda não possui portaria de reconhecimento, as atividades de ensino-aprendizagem nesse ambiente, serão implementadas apenas após o reconhecimento do curso.

A operacionalização das TICs no âmbito dos cursos é feita pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD da UESPI a partir de demandas oriundas das coordenações de curso. O NEAD realiza oficinas periódicas de capacitação docente e discente para as TICS na forma de dois projetos permanentes de Extensão.

ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



RESOLUÇÃO CEPEX Nº014/2011

Teresina, 13 de maio de 2011.

Revoga a Resolução CEPEX 003/2010 e aprova o Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação da Universidade Estadual do Piauí-UESPI.

O Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 03588/09,

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em reunião dia 02/03/2011,

RESOLVE

Art. 1º – Aprovar as normas do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que é uma disciplina que tem por objetivo o desenvolvimento de um trabalho acadêmico e científico desenvolvido pelo discente, individualmente, ou em grupo de no máximo dois componentes, apresentado na forma de Monografia, Artigo ou Relatório Técnico - Científico.

§ 1º - Cada curso de graduação definirá, no Projeto Político Pedagógico, a modalidade de TCC, conforme a natureza e o perfil do profissional que se pretende formar.

§ 2º - A elaboração do TCC implica rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência e para a sociedade.

§ 3º - Em qualquer das modalidades de TCC, mencionadas no *caput* deste artigo, a estrutura formal deve seguir os critérios estabelecidos no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UESPI, na Normalização específica de cada curso e nas normas da ABNT.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392

Art. 2º - Cada curso de graduação oferecerá duas disciplinas obrigatórias de orientação de TCC. Uma objetivando fornecer instrumental teórico-metodológico para elaboração do Projeto de Pesquisa ofertada no início da segunda metade do curso e outra visando oferecer subsídios para elaboração e apresentação do TCC, ofertada no penúltimo, ou último bloco do curso.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - São objetivos do TCC:

- I- Sistematizar e interpretar conhecimentos adquiridos ao longo do curso;
- II- Familiarizar-se com a metodologia de pesquisa, seus procedimentos básicos, técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- III- Despertar o interesse pela pesquisa estimulando o espírito investigativo e a construção do conhecimento de forma individual e coletiva;
- IV- Desenvolver habilidades de análise, interpretação, compreensão de fatos e fenômenos, de expressão oral e escrita que possibilitem a fundamentação de ideias e propostas;
- V- Desenvolver a capacidade de aplicação de forma integrada dos conhecimentos durante a execução do trabalho científico;
- VI- Propiciar a inter-relação de conteúdos das disciplinas estudadas com experiências cotidianas, dentro ou fora da instituição.

DO PLANEJAMENTO DO TCC

Art. 4º - Para realização do TCC devem ser observadas as seguintes etapas:

- I- Elaboração e avaliação de um projeto de pesquisa;
- II- Desenvolvimento, construção e defesa do TCC;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



III- Definições sobre a orientação, co-orientação e composição da Banca Examinadora.

Art. 5º – A etapa de elaboração e avaliação do projeto de pesquisa é definida em conformidade com a organização curricular de cada curso que deverá prever o bloco do curso em que essa etapa realiza-se.

Parágrafo único – Quando necessário, após validação do projeto de pesquisa, o aluno deverá buscar as condições para sua execução, seja pela autorização do comitê de ética, ou por termo de consentimento livre das instituições ou sujeitos envolvidos na pesquisa.

Art. 6º - A etapa de Desenvolvimento, Construção e Defesa do TCC ocorrerá nos dois últimos blocos do curso, com sua defesa no último bloco, sob a supervisão do Professor-Coordenador do TCC e do Professor-Orientador do trabalho.

§ 1º - As etapas de que tratam os incisos I e II do artigo 4º serão realizadas sob o acompanhamento do professor-orientador de TCC.

§ 2º - A coordenação do curso estabelecerá formas de controle e registro da orientação ao TCC, nas etapas de que trata o artigo 4º, (anexo A).

DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO TCC

Art. 7º - A estrutura funcional do TCC compreende:

- I- Colegiado de curso;
- II- Coordenador de curso;
- III- Professor-coordenador do TCC;
- IV- Professor orientador.

§ 1º - O Coordenador de TCC será o professor da disciplina de TCC.

§ 2º - Os orientadores de TCC deverão ser professores do quadro da UESPI, com titulação mínima de especialização, podendo o colegiado de curso aprovar

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



nomes de professores de outras IES e/ou pesquisadores vinculados a Centros de Pesquisa.

§ 3º - Cada orientador deverá ter no máximo, em cada período letivo, quatro trabalhos orientados, somente em casos especiais e conforme Projeto Político Pedagógico de cada curso, poderá exceder este número, desde que seja imprescindível e não comprometa a qualidade do trabalho, sob aprovação do colegiado de curso.

§ 4º - Quatro trabalhos orientados por professores da UESPI correspondem a uma disciplina de 60 horas.

Art. 8º - Compete ao Colegiado de Curso:

- I- Delimitar as áreas de conhecimento do TCC;
- II- Emitir parecer sobre o regulamento específico do TCC;
- III- Fixar prazos para a entrega dos projetos de TCC e apresentação final do TCC, obedecendo ao Calendário Acadêmico;
- IV- Aprovar a relação dos professores-orientadores;
- V- Referendar a composição das bancas examinadoras.

Art. 9º - Compete ao Coordenador de Curso:

- I- Disponibilizar professores para orientação do TCC, no início de cada período letivo;
- II- Tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias, cumprindo e fazendo cumprir, as normas específicas deste Regulamento;
- III- A solução aos casos especiais, podendo, se entender necessário, encaminhá-los para análise e decisão do seu Colegiado;
- IV- Encaminhar para aprovação do Colegiado do Curso a relação dos professores orientadores e o número de alunos sob orientação;
- V- Encaminhar para aprovação do Colegiado do Curso as sugestões dos docentes que comporão as bancas examinadoras;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



VI- Decidir sobre atos, procedimentos e processos acadêmicos, em grau de recurso.

Art. 10º - São atribuições do Professor – Coordenador do TCC:

I- Coordenar o processo da composição das bancas examinadoras e definir o cronograma de apresentação do TCC;

II- Orientar os alunos sobre a sistemática normativa do TCC;

III- Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento e das deliberações do Colegiado de Curso;

IV- Sugerir à Coordenação do Curso medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;

V- Auxiliar a Coordenação do Curso nas reuniões com os Professores-Orientadores com vista à melhoria do processo do TCC.

Art. 11 - São atribuições do Professor-Orientador:

I- Frequentar as reuniões pertinentes ao TCC;

II- Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendado com o orientando;

III- Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao aluno refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;

IV- Participar de bancas de apresentação de TCC para as quais estiver designado(a);

V- Entregar ao Coordenador de TCC após a realização de cada banca examinadora todas as fichas de avaliação e a Ata assinada pelos membros da banca;

VI- Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.

Art. 12 – São atribuições do aluno em fase de conclusão de TCC:

I- Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso ou pelo seu Orientador e/ou Co-orientador (se houver) nos horários pré-estabelecidos;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



II- Manter contatos, no mínimo mensais, com Professor Orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III- Cumprir os prazos estabelecidos pelo Coordenador de Curso ou Coordenador do TCC, para entrega de projetos, relatórios parciais e a versão final do TCC;

IV- Elaborar o projeto de pesquisa e a versão final do TCC de acordo com orientações do Orientador e das normas estabelecidas no § 3º, do art. 1º desta Resolução;

V- Submeter o TCC à avaliação prévia o Professor Orientador visando obter deste as devidas correções e/ou sugestões;

VI- Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentação e/ou defesa da versão final do TCC, conforme a sistemática de apresentação definida pelo curso;

DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 13 – A banca examinadora será constituída pelo Professor-Orientador presidente da mesma e outros dois professores da UESPI, admitindo-se, em casos especiais, a composição da banca por apenas dois membros.

Parágrafo único - A critério da coordenação do TCC poderá integrar a Banca Examinadora docente de outra instituição ou profissional considerado autoridade na temática do TCC a ser avaliado.

Art. 14 – O professor coordenador do TCC somente marcará a apresentação do trabalho, após a aprovação do mesmo, pelo professor-orientador.

Parágrafo único - A data, a hora e o local de apresentação do TCC serão definidas conforme a disponibilidade dos participantes da banca.

Art. 15 – O TCC deverá ser entregue em três vias, ao professor-coordenador do TCC, para ser repassado aos membros da banca examinadora, 15 dias antes da data marcada para a apresentação do trabalho.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



Art. 16 - O aluno disporá do tempo mínimo de 20 minutos e no máximo de 30 minutos para apresentação do TCC, após a apresentação, a banca terá 30 minutos para arguições. Posteriormente, o aluno deverá responder aos questionamentos e/ou considerar as sugestões da Banca Examinadora.

Art. 17 - Membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando-se em consideração:

I- Os aspectos relativos ao conteúdo, considerando a profundidade da pesquisa;

II- Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual;

III- A capacidade de análise e síntese;

IV- A relevância significativa e científica do tema;

V- O atendimento às normas previstas no §3º, do art. 1º desta Resolução;

VI- A apresentação do aluno, nos aspectos de clareza, fluência e coerência com o trabalho escrito.

§ 1º - Será considerado aprovado, no TCC, o aluno que obtiver média aritmética, das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, igual ou superior àquela estabelecida no Regime Geral da UESPI.

§ 2º - Se no dia da apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerar que o trabalho necessita de melhorias, poderá sugerir que o aluno o presente posteriormente, em prazo de 30 dias.

Art. 18 – Até 15 dias, após apresentação, o aluno deverá realizar as correções sugeridas pela Banca examinadora e entregar um exemplar do TCC à Coordenação do curso, acompanhada de uma cópia em formato digital, sendo esta, uma exigência para a diplomação do aluno.

Art. 19 - O aluno que não entregar o TCC ao professor-orientador, no prazo por ele estabelecido, ou não comparecer para sua defesa oral na data marcada, está reprovado na disciplina relativa à orientação de TCC.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - Em conformidade com o que estabelece este regulamento, os colegiados de curso deverão elaborar ou reformular suas normatizações específicas para o TCC, no prazo de 30 dias após aprovação, definindo dentre outros pontos:

- I- Modalidade de TCC e seu objetivo;
- II- Normas para elaboração do TCC;
- III- Outras atribuições do Coordenador do TCC, do Professor Orientador, da Banca IV- Examinadora e do Orientando, além das previstas neste Regulamento;
- V- Critérios de avaliação, obedecendo ao que dispõe o Regimento Geral da UESPI.

Art. 21 - Os custos da elaboração e apresentação do TCC são de responsabilidade do orientando.

Art. 22 - Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos, em primeira instância, pelo Colegiado do Curso e, em segunda instância pelo Conselho de Unidade ou Centro.

Art. 23 - A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, sempre que necessário, poderá expedir normas administrativas e instruções visando o desenvolvimento das atividades de monitoria.

Art. 24 - Os anexos A, B são partes integrantes deste Regulamento.

Art. 25 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE - SE, PUBLIQUE - SE E CUMPRA - SE

Carlos Alberto Pereira da Silva
Presidente do CEPEX



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011
ANEXO A

FICHA DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DO TCC

Orientador (a)	Fone	e-mail
Orientando (a)	Fone	e-mail
Título do Trabalho:		

Data	Aspectos relativos à orientação	Rubrica do orientador(a) e do aluno (a)

PARECER PARA A APRESENTAÇÃO ORAL DO TCC

Declaro que o aluno está apto para apresentação do TCC.	Em ____/____/____
 _____ Assinatura do orientador(a)	

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011
ANEXO B

ATA DE APRESENTAÇÃO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às _____ horas, na sala número _____ do _____ - UESPI, na presença da banca examinadora, presidida pelo (a) professor (a) _____ e composta pelos seguintes membros: 1) _____ e 2) _____, o aluno (a) _____ apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em _____ como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: _____.

A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado _____ ora formalmente divulgado ao aluno e aos demais participantes, e eu professor (a) _____ na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo aluno apresentador do trabalho.

OBS. _____

Assinaturas:

1. Presidente da Banca Examinadora

2 - Membro da Banca

Membro da Banca

3. Aluno(a) _____

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX
Rua João Cabral, 2231 B. Pirajá CEP: 64 002 150
Fone: 3213 8080 Fax: 3213 7392



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo

professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto

quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

[§ 1º](#). A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

[§ 3º](#). O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

[§ 7º](#). Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82](#). Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008